



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – CAMPUS CAJAZEIRAS  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
PROFLETRAS – MESTRADO PROFISSIONAL EM LETRAS

LIZ ROMÃO DE BRITO

LITERATURA E HISTÓRIA NA SALA DE AULA: UMA PARCERIA PARA O  
LETRAMENTO NO ENSINO FUNDAMENTAL II.

CAJAZEIRAS  
2015

LIZ ROMÃO DE BRITO

LITERATURA E HISTÓRIA NA SALA DE AULA: UMA PARCERIA PARA O  
LETRAMENTO NO ENSINO FUNDAMNETAL II.

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
PROFLETRAS – Mestrado Profissional em  
Letras, da Universidade Federal de Campina  
Grande – Campus Cajazeiras, como requisito  
para a obtenção do título de Mestre em Letras.  
Orientador: Profº Dr. Elri Bandeira de Sousa.

CAJAZEIRAS  
2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)  
Denize Santos Saraiva Lourenço - Bibliotecária CRB/15-1096  
Cajazeiras - Paraíba

B8621 Brito, Liz Romão de  
Literatura e história na sala de aula: uma parceria para o  
letramento no ensino fundamental II. / Liz Romão de Brito. -  
Cajazeiras: UFCG, 2015.

95f. : il. Dados Internacionais de Catalogação-na-  
Publicação - (CIP)  
Denize Santos Saraiva Lourenço - Bibliotecária CRB/15-1096  
Cajazeiras - Paraíba

Bibliografia.

Orientador (a): Prof. Dr. Elri Bandeira de Souza.  
Dissertação (Mestrado) – UFCG.

1. Leitura 2. História. 3. Ensino fundamental. 4. Interdisciplinaridade.

FICHA DE APROVAÇÃO

LIZ ROMÃO DE BRITO

LITERATURA E HISTÓRIA NA SALA DE AULA: UMA PARCERIA PARA O  
LETRAMENTO NO ENSINO FUNDAMENTAL II.

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
PROFLETRAS – Mestrado Profissional em  
Letras, da Universidade Federal de Campina  
Grande – Campus Cajazeiras, como requisito  
para a obtenção do título de Mestre em Letras.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Elri Bandeira de Sousa

---

Prof. Dr. José Vilian Manguiera

---

Prof. Dr. Ligia Regina Calado de Medeiros

CAJAZEIRAS- PB, 20 DE JULHO DE 2015.

Dedico este trabalho a Deus, aos meus familiares, aos colegas de trabalho e às companheiras de percurso pela força, companheirismo, incentivo e amizade. Todos contribuíram enormemente para que isso fosse possível.

## **AGRADECIMENTOS**

A DEUS pelo encorajamento nos momentos difíceis, pela força interior para superar dificuldades por mostrar o caminho certo nas horas de indecisão e por suprir todas as minhas necessidades.

Aos meus FAMILIARES pela força diária, pelo incentivo constante e pela presença, colaboração e conselhos.

À EQUIPE GESTORA da Escola Estadual Manoel Marinho por acreditar no meu sonho e me manter afastada de sala de aula pelo período de duração do Mestrado.

Às COMPANHEIRAS DE VIAGEM Kátia Soraya, Tathiane Mendes, Disterro Leão e Rosineide, pelo companheirismo, apoio incondicional e incentivo.

Ao ORIENTADOR Prof<sup>o</sup> Dr. Elri Bandeira por fazer parte desse percurso.

Leite, leitura  
letras, literatura,  
tudo o que passa,  
tudo o que dura  
tudo o que duramente passa  
tudo o que passageiramente dura  
tudo,tudo,tudo  
não passa de caricatura  
de você, minha amargura  
de ver que viver não tem cura.

*Paulo Leminski*

## RESUMO

**Liz Romão de Brito.** Literatura e História na sala de aula: uma parceria para o letramento no ensino fundamental.

Este trabalho objetiva reafirmar a necessidade de a escola voltar-se para o letramento dos indivíduos como uma forma de inseri-los na sociedade de maneira atuante e competente. Desde a construção do Projeto Político Pedagógico até a gestão da sala de aula precisam garantir práticas educativas que visem o desenvolvimento do letramento. A proposta é que o texto literário seja efetivamente utilizado em sala de aula por todas as áreas do conhecimento, pois todas são responsáveis pelo desenvolvimento da competência leitora dos alunos, visto que, o mundo contemporâneo exige um sujeito crítico, capaz de intervir na realidade. Isso é possível através do contato com mundos diferentes que a literatura é capaz de proporcionar e, portanto, constitui-se num campo fértil para estabelecer diálogos consigo mesma ou com outros textos e até com outras épocas, o que permite ao aluno inferir, comparar, concordar, discordar e questionar, habilidades fundamentais na construção do leitor competente. Este trabalho propõe uma aproximação entre Literatura da História, através da leitura do romance “Viagens de Gulliver”, enquanto gênero literário, bastante rico pela complexidade de personagens e fatos que fazem parte do enredo, e que nada mais são do que uma visão fictícia das sociedades e dos valores morais, intelectuais e culturais que se descortinam na narrativa. A turma escolhida foi o 9º ano do Ensino Fundamental por apresentar maturidade para dialogar com um romance que enfatiza a formação das sociedades, a condição humana diante do poder e as guerras, assuntos pertencentes ao currículo de História na série citada. Este trabalho apresenta uma proposta interdisciplinar entre História e Literatura pois acredita-se que o aluno precisa compreender que a realidade social é uma construção histórica da humanidade, e que o romance “Viagens de Gulliver” possibilita ao aluno entrar em contato com diferentes pontos de vista, que revela “os lugares da memória”. A disciplina de História foi escolhida por estabelecer ligação com a Literatura porque ambas proporcionam uma ampla visão das sociedades através do processo de complementaridade entre ficção e realidade. No ensino fundamental, a leitura literária é imprescindível, independente da área de conhecimento, porque ela é responsável pela construção da autonomia individual e coletiva. Tal autonomia é adquirida a partir da interação entre os indivíduos permeada pela leitura. Por este motivo a proposta de intervenção objetiva aproximar o romance “Viagens de Gulliver” e o livro didático do 9º ano como forma de proporcionar ao aluno diversas possibilidades de perceber a realidade.

**PALAVRAS - CHAVES:** Letramento, Interdisciplinaridade, Literatura, História.

## ABSTRACT

Liz Romão de Brito. Literature and History in the classroom: a partnership for literacy in elementary school.

This work aims to reaffirm the need for the school to turn to the literacy of individuals as a way to insert them into the society in an active and competent way, to this end is fundamental the innovation of the whole educational practices, since the construction of the Pedagogic Political Project to the classroom management. The proposal is that the literary text is effectively used in the classroom by all areas of knowledge, because all are responsible for the development of reading competence of the students, since the contemporary world requires a critical subject, able to intervene in reality. This is possible, since each teacher has a thorough knowledge of the features of reading act. In order to the dialog among them happens safely and fertility. Literature allows contact with different worlds and, therefore constitutes a fertile field for contacting the dialogues it's capable of providing, either with itself or with other texts and even other epochs, what allows students to infer, compare, agree, disagree and question, fundamental skills in building competent reader. To approximate the History of Literature, it proposes the reading of the novel as a literary genre, very rich by the complexity of the characters and events that are part of the plot, and which are nothing more than a fictitious vision of societies and of the moral, intellectual and cultural values that are revealed in the narrative. The goal is to appropriate of the literary text as historical source, in order to the students start to understand that social reality is a historic building of humanity, and to this end, this historical reading needs to be interdisciplinary, this is the reason of the choice for the novel, which allows contact with different points of view, which reveals the "places of memory". In elementary school, literary reading is essential, regardless of the area of knowledge, because it is responsible for the construction of individual and collective autonomy.

KEY - WORDS: Literacy, Interdisciplinary, Literature, History.

## Sumário

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
2.1 CAPÍTULO I - A LITERATURA E A FORMAÇÃO DO LEITOR.....	14
2.2CAPÍTULO II – LITERATURA E INTERDISCIPLINARIDADE .....	34
2.3 CAPÍTULO III - AS CONTRIBUIÇÕES DA LITERATURA NA ÁREA DE HISTÓRIA.....	47
<b>3. PROPOSTA PRÁTICA: A LITERATURA E A HISTÓRIA .....</b>	<b>62</b>
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>84</b>
<b>5. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>88</b>
<b>6.ANEXOS.....</b>	<b>92</b>
<i>ANEXO I – Capas dos livros analisados no capítulo III.....</i>	<i>92</i>
ANEXO II – Sumário do livro “História e Vida Integrada”, com conteúdos para parâmetro da proposta prática.....	93

# 1. INTRODUÇÃO

A ideia desse trabalho surgiu a partir da necessidade de investigar as contribuições que a literatura, através do trabalho escolar, tem proporcionado aos alunos do Ensino Fundamental, em todas as áreas do conhecimento.

Desta forma, ao ressaltar a importância do texto literário como instrumento de trabalho de todo professor, independente da sua área de atuação, destacando a Literatura no cotidiano escolar e dando a ela o devido valor, busca-se compreender de que forma o texto literário contribui na construção do cidadão crítico e letrado, capaz de interagir socialmente com os diversos gêneros textuais.

É possível observar que grande parte dos professores ainda permanece presa ao texto didático como único instrumento de aquisição do conhecimento, em detrimento do uso do texto literário que é responsável por proporcionar ao aluno a apreensão de conceitos, a capacidade de estabelecer relações, comparar épocas, costumes e linguagens diferentes, construir pontos de vista e defender ideias.

Rildo Cosson (2006, p.17) em sua obra “Letramento literário – teoria e prática” afirma que a experiência literária não só nos permite saber da vida por meio da experiência da vida do outro, como também vivenciar essa experiência. Ou seja, a ficção feita palavra na narrativa e a palavra feita na poesia são processos formativos tanto da linguagem quanto do leitor e do escritor”.

Reconhecendo a extrema importância do destaque à Literatura em todas as áreas do conhecimento, sugere-se que o texto literário seja mais utilizado em sala de aula ou que os alunos possam debruçar-se com mais frequência sobre leituras prazerosas, narrativas fantásticas, poesias e textos dramáticos que levem-no a fomentar seu poder imaginativo, e a partir deles, absorver as informações que permeiam os conteúdos desejados pelo professor, sendo que o diferencial é que através da Literatura a aquisição do conteúdo dá-se de forma lúdica.

Isso corrobora com Paulino e Cosson (2009, p.16) quando afirmam que “todas essas e outras práticas devem ter como horizonte a formação de um sujeito da linguagem, de um produtor de textos, de um leitor que tenha competência de interagir com a leitura em várias frentes, selecionando livros, identificando diferentes suportes com seus intertextos e articulando contextos de acordo com seus interesses pessoais e da sua comunidade”.

Para tanto a escola precisa investir no desenvolvimento da leitura literária, não como mero instrumento de aquisição de conteúdo didático e sim como possibilidades do mundo real, pois a literatura dá margem a uma verdadeira análise da sociedade vigente, de acordo com a época em que foi produzida.

Isso é possível com o desvendar do texto literário, diante das possibilidades de leituras, do engajamento dos alunos diante dos conflitos narrativos e sua posição frente às situações fictícias promovidas pela Literatura.

Este trabalho pretende reforçar a importância do letramento através da parceria entre Literatura e História como ferramenta de aproximação dos alunos aos fatos históricos, de maneira dinâmica e interdisciplinar. Por conta disso, sugere-se que o professor seja instrumentalizado a organizar, humanizar e sensibilizar os alunos diante dos conteúdos a serem vivenciados.

No presente estudo, deter-se-á a observar o espaço dedicado pelos professores de História à Literatura, visto que, o professor de Língua Portuguesa já dedica bom tempo da aula ao texto literário.

A proposta é evidenciar as contribuições do estudo dos textos literários no dia a dia da escola, nas aulas de História, utilizando uma revisão bibliográfica como procedimento de pesquisa, abordando conteúdos históricos através da leitura de romances de aventura, com alunos de 9º ano, visto que, nesta faixa etária o desenvolvimento do gosto pelas narrativas de aventuras será um instrumento valioso na interdisciplinaridade entre História e Literatura.

Após delineamento bibliográfico será proposto um trabalho com base na Literatura como instrumento viável na formação de um cidadão crítico porque se acredita que as aulas ficarão mais instigantes, a indisciplina tende a diminuir e os alunos sentirão mais prazer em aprender.

Primeiramente, será descrito a necessidade da Literatura como um direito humano, ideia defendida por Antonio Candido (2006). No decorrer deste estudo, será apresentada a necessidade do letramento literário não só nas aulas de Língua Portuguesa, como também nas demais áreas do conhecimento. Para tanto o trabalho apresenta as ideias de Rildo Cosson - *Letramento Literário* (2006) como forma de ressaltar a importância do texto literário - além de trazer as contribuições dos documentos oficiais quanto ao trabalho com a Literatura na escola. Dessa forma, retomam-se algumas passagens dos PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais) como norteamento ao trabalho docente, embora o documento seja considerado um tanto ultrapassado, ele é uma das principais referências, mesmo necessitando de uma

reformulação na estrutura e de uma revisão teórica, é possível encontrar no decorrer do documento acima mencionado, referências pertinentes e além do mais, continua sendo um marco na estruturação do trabalho pedagógico.

A análise de três livros didáticos, atuais para demonstrar o lugar destinado ao texto literário nos manuais de História, como forma de legitimá-lo como fonte histórica imprescindível na sala de aula, além de investigar a presença do gênero romance, especificamente, com o objetivo de apontar a importância atribuída a esse gênero textual.

O primeiro capítulo do livro apresenta considerações sobre a importância do letramento dos indivíduos e a responsabilidade da escola em vivenciar práticas inovadoras que atendam a formação dos alunos, preparando-os para enfrentar os desafios cada vez mais complexos na sociedade moderna. O letramento aqui é visto como uma prática que deve ser desenvolvida por todos os professores, independente da área de atuação.

No segundo capítulo, o conceito de interdisciplinaridade é apresentado, assim como a necessidade de promover na escola um pensamento interdisciplinar, formando uma rede entre as áreas do conhecimento, na atuação prática para o desenvolvimento de um trabalho pautado nas contribuições que cada disciplina específica pode dar na resolução de problemas ou apresentando respostas aos questionamentos que vão surgindo ao longo do percurso.

O terceiro capítulo visa apresentar as contribuições que a parceria entre História e Literatura pode acrescer ao letramento, já que ambas são capazes de ampliar a visão dos indivíduos com relação às sociedades e promover diversas opiniões acerca de um determinado tema. Nesse capítulo também é apresentado o romance como um gênero literário profundamente pertinente ao trabalho interdisciplinar.

Ainda no terceiro capítulo é apresentada a análise de três livros didáticos, atuais para demonstrar o lugar destinado ao texto literário nos manuais de História, como forma de legitimá-lo como fonte histórica imprescindível na sala de aula, além de investigar a presença do gênero romance, especificamente, com o objetivo de apontar a importância atribuída a esse gênero textual.

A proposta de intervenção apresenta a leitura do romance *Viagens de Gulliver* paralela ao trabalho com os conteúdos como um caminho de possibilidades a partir de uma visão de mundo fictícia, mas que propõe muitas reflexões importantes para o amadurecimento do aluno enquanto leitor e cidadão consciente de seu poder de transformação na sociedade.

*Viagens de Gulliver* é um clássico universal, que deve ser lido pelos alunos do 9º ano como uma forma de desenvolver a criticidade a partir das construções irônicas de seu autor e

é uma oportunidade ímpar de conhecer os fatos históricos através da ficção, o que contribui enormemente com o poder de imaginação dos alunos, além de oportunizar a construção de novos conceitos ou novas abordagens para a realidade.

Na proposta de intervenção são apresentadas atividades a serem desenvolvidas com os alunos tanto nas aulas de História como de Língua Portuguesa, todas de caráter prático, algumas individuais e outras em coletividade, sempre num viés de ir e vir do passado para o presente e vice versa para que o aluno possa comparar, opinar, escolher e propor novas formas de convivência humana.

Para comprovar a necessidade de um trabalho interdisciplinar em diversas áreas do conhecimento partindo do texto literário, são feitas abordagens das obras *Letramento literário* de Rildo Cosson, *Uma proposta dialógica para o trabalho com literatura* de William Roberto Cereja, *Literatura e Sociedade* de Antonio Candido, *O que é interdisciplinaridade* de Ivani Fazenda, *O texto não é pretexto, será que não é mesmo?* De Marisa Lajolo e outros mais como um suporte secundário.

## 2.1 CAPÍTULO I - A LITERATURA E A FORMAÇÃO DO LEITOR

Muito já se estudou sobre o uso do texto em sala de aula. Diariamente, revistas, jornais mostram algum tipo de artigo científico que traz à tona tal assunto. Ainda assim, o analfabetismo funcional alcança 35 milhões de brasileiros segundo estatísticas oficiais. Em 2012, o Instituto Paulo Montenegro e a ONG Ação Educativa divulgaram o INAF – Indicador de Analfabetismo Funcional. A pesquisa aponta que 38% dos universitários brasileiros são analfabetos funcionais, fato que merece reflexão sobre como e por que isso ocorre.

Segundo definição da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), uma pessoa funcionalmente analfabeta é aquela que não pode participar de todas as atividades nas quais a alfabetização é requerida para uma atuação eficaz em seu grupo e comunidade, e que lhe permitem, também, continuar usando a leitura, a escrita e o cálculo a serviço do seu próprio desenvolvimento e do desenvolvimento de sua comunidade.

Levando em consideração que o analfabetismo funcional tem sua maior taxa entre os jovens, é preciso pensar em sua erradicação ou pelo menos diminuição, traçando um novo percurso escolar com novas práticas pedagógicas que privilegiem a leitura. A base do letramento é, certamente, o domínio da competência leitora.

A escola é o lugar privilegiado da palavra e as palavras não podem ser negadas ao imaginário da criança, principalmente pelo fato de que o trabalho deter-se-á ao Ensino Fundamental e neste contexto os sujeitos presentes são crianças e adolescentes, o que confere ao espaço escolar uma imensa responsabilidade no que diz respeito à construção do leitor.

Aprende-se a ler nas interações sociais e nas trocas de aprendizagem promovidas no espaço escolar. Por conta disso, é importante ressaltar que a leitura é um espaço de interação materializado em práticas sociais, históricas e culturais; portanto, as práticas de leitura oferecidas pela escola devem se aproximar das práticas de leitura perpetradas na sociedade.

É muito comum encontrar as salas de leitura e bibliotecas de muitas escolas totalmente obsoletas, muitas destruídas ou muito arrumadinhas, o que denuncia a falta do manuseio dos livros. Difícil é encontrar uma sala de aula repleta de alunos mergulhados em livros, o que evidencia o porquê de um país com um grande número de analfabetos funcionais.

Hugo Monteiro Ferreira, em sua tese de doutorado intitulada “*A Literatura na sala de aula – uma alternativa de ensino transdisciplinar*”, argumenta que seu trabalho partiu de um comentário feito por uma professora que, ao descobrir que a palestra que o mesmo ministraria seria sobre Literatura, para um público heterogêneo de professores, como não eram só os de

Língua Portuguesa os demais acabaram por desistir da palestra. O comentário da professora está tal qual na tese do professor: “Você que não é besta, hein, professor? Eu também acho que seria uma coisa estúpida, tentar através da leitura de literatura, trabalhar as outras disciplinas do currículo escolar. Vim porque minha coordenadora praticamente me obrigou. Tchou. Vou ficar em outro curso” (FERREIRA, 2007, p. 15).

É muito comum os professores apresentarem a mesma visão da professora citada acima, de que a literatura nada tem a ver com as demais áreas do currículo, que seria inadmissível, por exemplo, dar aulas de Ciências através de um paradidático, ou a matemática através de poesia. Ainda impera nas escolas uma visão distorcida sobre o trabalho com o texto na sala de aula, principalmente o literário, pois é considerado um trabalho a ser desenvolvido exclusivamente pelo professor de Língua Portuguesa.

Na tese de doutorado supracitada, o autor Ferreira (2007) prova que um currículo transdisciplinar não é absurdo, como sugeriu a professora, e sim, uma opção extremamente viável na sociedade moderna, pelo simples fato de que o indivíduo hoje precisa entender que o conhecimento científico não se desenvolve de forma isolada, que a sociedade moderna, por conta da sua complexidade, não pode ser avaliada apenas de forma disciplinar, visto que os problemas contemporâneos envolvem ao mesmo tempo vários saberes.

O mesmo afirma que:

De modo geral, é possível afirmar que um ensino transdisciplinar só se realiza se a transdisciplinaridade for compreendida como uma proposição, uma alternativa, uma sugestão, algo que deve ser aceito e nunca como uma imposição, uma ordem, uma espécie de “tem de ser”. De modo geral, também é possível dizer que a leitura literária quando realizada de forma transdisciplinar não esbarra na problemática do didatismo ou da escolarização inadequada (FERREIRA, 2007, p. 23).

O que transdisciplinaridade tem a ver com a leitura e trato do texto na sala de aula?

Ferreira (2007) mostra a importância de se desenvolver no indivíduo contemporâneo a compreensão do que é problema e do que é solução, por exemplo, como resolver problemas econômicos sem o auxílio da Sociologia, visto que desafios econômicos geram desafios sociais e vice-versa.

Toda a tese do professor ressalta a importância da Literatura na sala de aula, não só nas aulas de Português, mas em todas as áreas do conhecimento. Ele afirma no capítulo 3 de seu trabalho, intitulado “A Literatura e a transdisciplinaridade”, que o texto literário se

configura como o elo entre os diversos níveis da realidade, visto que ela oferece ao indivíduo variados níveis de interpretação, definidos a partir dos repertórios de cada um.

Demonstra também, através de exemplos práticos, que o texto literário, por conta de suas especificidades, é capaz de aceitar as leis que regem os mais diversos níveis da realidade, enquanto que a Matemática, por exemplo, não consegue aceitar as leis que regem o texto literário. Isso se dá pelo fato de que a natureza do texto literário é da ordem do imaginário, ou seja, é criação constante.

Tal fato é descrito por Ferreira como:

Neste sentido, quando a disciplina Matemática apresenta o problema matemático através da complexidade da Literatura, aquilo que está sob o julgo de uma visão disciplinar, entra no universo do saber não limitado da ficção literária e amplia tanto as possibilidades do próprio problema quanto as recepções de quem estuda o conteúdo proposto num nível de realidade mais linear (FERREIRA, 2007, p. 111).

Em pleno século XIX, a questão estética da literatura não era explorada na sala de aula, e é possível perceber que ainda não o é. Naquela época, porque não se compreendia a verdadeira função da Literatura na escolarização, nem mesmo estava entre as disciplinas acadêmicas, pois era sempre disposta no campo da abstração, dessa forma, não contribuía para o conhecimento científico. E hoje, não se percebe grandes mudanças com relação a essa exploração, a literatura ainda é utilizada de forma errônea pela escola.

Desde então, percebeu-se a dificuldade dos estudiosos para definir a Literatura: ciência ou abstração? Mesmo quando a Literatura era vista como arte não se dava a ela seu devido lugar e importância, porque a arte não era vista como um instrumento válido na formação do indivíduo, já que se acreditava que a literatura era uma arte que servia para iludir, para ludibriar.

Para o autor, a leitura literária amplia os níveis da realidade, os alunos têm à disposição uma profusão de sentidos que propicia a relação entre os mais diferentes saberes. A literatura em sala de aula propõe um diálogo entre as dimensões cognitivas e afetivas do indivíduo, por isso, no momento em que o texto literário é incluído adequadamente no cotidiano escolar, permite que uma gama de possibilidades didáticas se efetive.

É interessante quando Ferreira assinala que o texto literário aciona uma das mais importantes funções psíquicas do ser humano: a imaginação. Ele concorda com Durand: "Na imaginação reside à capacidade de criar, de inventar, de propor e de rever proposições" (DURAND apud FERREIRA, 2000, p. 480).

Dessa forma, é imprescindível o estudo do texto literário, não apenas nas aulas de Português, como se acredita ainda hoje. Mas como um instrumento de formação intelectual, cultural e social dos indivíduos, visto que ele proporciona ao aluno compreender, indagar, deduzir, inferir, associar, intuir, prever, concluir, discordar, concordar, acrescentar, selecionar, entre outras formas de interpretar um texto. Todas essas ações estão presentes em todas as áreas do conhecimento.

Na dissertação aqui apontada, muitas são as contribuições no sentido de elevar a literatura ao status de elo entre as áreas do conhecimento, devido a sua complexidade e abrangência. Para comprovar isso, Ferreira (2007) cita Edgar Morin (1997): “A literatura é um mundo aberto ao mesmo tempo às múltiplas reflexões sobre a história do mundo, sobre as ciências naturais, sobre as ciências sociológicas, sobre a antropologia cultural, sobre os princípios éticos, sobre política, economia e ecologia” (MORIN 2007 apud FERREIRA, 2007, p.67).

A escola é o lugar de construção do conhecimento, não mais do conhecimento isolado, e sim construído a partir da contribuição que cada disciplina pode dar na resolução do problema ou no enfrentamento dos obstáculos que vão surgindo no cotidiano e que exigem do homem leitura crítica.

Um dos grandes entraves com relação ao trabalho com o texto na sala de aula é o grande equívoco de utilizá-lo como pretexto para se chegar a determinado assunto. É preciso esclarecer que o contato com o texto, e, principalmente, o literário, deve ser encarado como um instrumento que conduz o leitor real a um processo de interação com o que ele já conhece do texto, aquilo que o texto oferece e também o que o texto lhe ajude a conhecer. O texto precisa ser visto como objeto plural.

O professor, nos momentos de leitura, precisa deixar claro para os alunos, antes de tudo, que cada sujeito-leitor carrega consigo uma história e suas especificidades, e que isso influencia enormemente na presença da polifonia em sala de aula através do estudo do texto.

Marisa Lajolo (1982), no seu ensaio “Texto não é pretexto”, faz algumas afirmações como, por exemplo, que “a presença do texto na escola cumpre funções várias e nem sempre confessáveis frequentemente discutíveis, só às vezes interessantes [...] em situações escolares, o texto costuma virar pretexto, ser intermediário de aprendizagens outras que não ele mesmo.”.

Nessa obra, a autora coloca a artificialidade do texto na escola, o trato destinado a ele como objeto de investigação de outros assuntos que não ele mesmo. Isso impede que os

alunos vejam o texto como algo prazeroso, mas apenas um instrumento para preencher atividades, muitas vezes vazias de sentido.

Marisa faz uma crítica à escola quando só apresenta aos alunos textos práticos, como os jornalísticos, em detrimento dos literários, maiores e mais densos. Essa atitude não favorece o amadurecimento do leitor com textos mais complexos, pelo fato de, segundo a autora, “Quanto mais maduro for o leitor e melhor o texto, mais complexa será a relação entre eles”.

A mesma autora revisitando esse texto em 2008, agora com o título “Texto não é pretexto. Será que não é mesmo?”, apresenta nova visão sobre o fato de o texto ser utilizado como pretexto na escola, afirmando que considerar impróprias algumas leituras patrocinadas pela escola parecem-lhe, hoje, um terreno escorregadio, pois é como afirmar que textos podem ser objetos de uma – e apenas uma – leitura.

Ela admite que considerava o texto uma entidade independente, fora do contexto, autônomo e solitário. Claro que as leituras da própria autora, ao longo dos anos, mudaram sua visão a esse respeito. Isso porque o texto para ser legitimado necessita da intervenção do leitor, e que os sujeitos que estão diante dele são historicamente construídos, e que influenciam no momento da leitura.

Diante disso é possível afirmar que nas aulas de História, o professor ao iniciar uma aula sobre Ditadura Militar através da letra de uma música, não significa que ele esteja utilizando o texto como pretexto, mas como a própria Lajolo (2008,p.105) afirma que “as experiências de leitura que a escola promove precisam ter como objetivo capacitar os alunos para que eles, fora dela, lidem competentemente com a imprevisibilidade das situações de leitura (tanto no sentido amplo como no sentido restrito da expressão) exigidas pela vida social”. Por exemplo, o aluno enquanto cidadão se depara com uma música da época da Ditadura Militar, mas não compreende sua linguagem metafórica, nesse ponto, o estudo da música serviu como entendimento de uma época não conhecida pelo aluno.

Na sociedade atual, o indivíduo enfrenta as mais variadas situações, que exigem diferentes leituras, desde o acionamento de um caixa eletrônico até entender o código do consumidor, isso porque o indivíduo necessita compreender que a vida cotidiana exige dele leituras diversas e, para tanto, a escola precisa instrumentalizá-lo para a prática diária da cidadania e todos os professores de todas as áreas são responsáveis pelo letramento.

Marisa afirma que, antes condenava a escola por utilizar textos para simular situações fictícias de leitura, ou seja, levar textos para a sala com o objetivo de ler criticamente o

gênero. Hoje desmistifica tal conceito, defendendo a ideia de que a “falsa” leitura que a escola faz de um determinado gênero, nada mais é do que uma forma de instrumentalizar o aluno para enfrentar esse gênero socialmente.

Demo (2007) apresenta a distância entre letramento escolar e letramento social, uma vez que a escola é responsável pela formação do indivíduo, precisa garantir sua competência em leitura/escrita para atuar socialmente. Os dados do INAF mostram que, com relação ao letramento social, 59% do que se lê é didático, embora a escola continue na sua via normal pela qual se adentra no letramento social.

O autor afirma que tanto a escola como a universidade não vem preparando os alunos para o mundo moderno, tamanha é a distância entre o conhecimento difundido por elas e as circunstâncias sociais às quais o indivíduo é colocado à prova. As práticas desenvolvidas pelo contexto escolar não privilegia as práticas que circulam socialmente.

Partindo da premissa de que a escola é um espaço de formação do indivíduo na sua plenitude, e que tal formação acontece nos planos cognitivo, afetivo, intelectual e cultural, por que o maior instrumento de formação não está ao alcance desse indivíduo? Nos referimos aqui ao texto, que é o instrumento magnânimo do conhecimento. Mais especificamente defende-se o texto literário, pois não é possível educar sem a Literatura, visto que a mesma corresponde a uma necessidade universal, que precisa ser satisfeita e cuja satisfação constitui um direito. Sobre essa premissa, Pedro Demo afirma que:

A escola precisa cultivar o poder do leitor, em especial do leitor que discorda e que reclama. Prevalece, porém, a leitura da concordância, para que tudo permaneça como sempre foi. O leitor não pode fantasiar-se de irmão do autor, porque é hipocrisia. Ler jamais é falar pela boca do autor, porque isso já está dito. É procurar no autor argumentos e contra-argumentos para desconstruir e reconstruir outras paragens. É dialogar criticamente com ele, como referência instigadora, não como ponto final (DEMO, 2007, p. 72).

O domínio da leitura separa exclusão/participação, pois o letramento social requer uma participação política, efetiva e transformadora. Os não letrados são excluídos por não terem consciência de seus direitos, sem leitura não reivindicam, não interagem, não reclamam.

Muitos educadores têm chamado a atenção acerca da indisciplina, do desinteresse e da falta de compromisso por parte dos alunos. É preciso analisar um pouco sobre o fato de que o mundo mudou, que o ser humano também mudou, o que é incontestável. E a escola mudou? Ao se referir a mudanças, destaca-se a forma de como lidar com o conhecimento, como tratar do encantamento do indivíduo pelo desejo de aprender. Quanto a isso, Candido (2006) destaca

que cada sociedade preconiza seus valores, que são fortalecidos pela ficção das mais variadas formas, desde a poesia até a dramaturgia.

Sob tal ponto de vista, a literatura tem sido um poderoso instrumento de instrução e educação através de propostas interdisciplinares, ao mesmo tempo em que propõe a humanização, pois ela é capaz de deslocar conceitos e romper com regras estabelecidas, e isso é perigoso, porque o indivíduo leitor é um indivíduo humanizado e pode ser um questionador da realidade; conseqüentemente, isso pode causar incômodo.

É perceptível a barreira que muitos educadores criam no trabalho com a literatura. Isto ocorre por vários motivos. Talvez o principal deles seja o fato de que a literatura transcende os limites da compreensão linear dos acontecimentos, seus efeitos são imprevisíveis e muitas vezes contraditórios, porém é uma ferramenta infalível contra a inércia e a indisciplina, porque, se bem trabalhada, leva o indivíduo à humanização, o que favorece a reflexão e uma compreensão mais crítica com relação ao outro e ao mundo.

Sobre isso Pedro Demo esclarece:

Ocorre assim: que um professor mal formado forma mal o aluno. Esta visão pode ser apressada pelo menos em parte, porque facilmente esquece que o professor não poderia ser “culpado”, já que é vítima do mesmo sistema. Mas não se pode deixar de esclarecer que, se ele não aprendeu a ler, não fará os alunos aprenderem a ler. Ao fundo, o sistema se satisfaz com esta miséria, porque, cultivando a falta de leitura ou a leitura trivial e facilitada, mantém a população como massa de manobra (DEMO, 2007, p.72).

O texto literário é a porta de entrada para o ensino da História, Geografia, Matemática ou Arte e pode ser usado como instrumento de sensibilização através, por exemplo, de uma música, poesia, crônica ou até mesmo da análise de um romance, novela ou conto, que pode apresentar ao indivíduo uma gama de conhecimentos científicos.

Numa aula de História para alunos do Ensino Fundamental pode-se apresentar a História do Brasil através de uma crônica, poema ou mesmo uma charge. É preciso entender que o texto literário é capaz de mostrar a realidade de uma forma instigante, que se configura como um instrumento singular de inserção do sujeito leitor na realidade.

Antonio Candido (2006) destaca a literatura como uma possibilidade de aproximar as classes numa sociedade, a partir do momento em que é oferecida aos indivíduos uma literatura variada e de qualidade, que proporcione prazer e conhecimento. Partindo do pressuposto de que o Brasil é um país de analfabetos, a difusão da literatura contribui enormemente para a superação desse problema. Com relação a isso, Candido diz que:

Em princípio, só numa sociedade igualitária os produtos literários poderão circular sem barreiras, e neste domínio a situação é particularmente dramática em países como o Brasil, onde a maioria da população é analfabeta, ou quase, e vive em condições que não permitem a margem de lazer indispensável à leitura. Por isso, numa sociedade estratificada deste tipo a fruição da literatura se estratifica de maneira abrupta e alienante (CANDIDO, 2006, p.10).

Antonio Candido afirma que os grandes clássicos da literatura ultrapassam as estratificações sociais, pois têm o poder de encantar a todos, independentemente de classe social. Também aponta que, em muitos países, os semianalfabetos são adeptos de uma literatura erudita o que leva a crer que, mesmo vivendo em um país como o nosso, onde na maioria das escolas é negado esse aporte clássico, pois muitas vezes os professores acreditam que apenas a cultura popular é suficiente aos alunos, é possível apresentar uma gama de outros textos literários contemporâneos ou não mas com legitimidade garantida, e o mais importante: em qualquer momento e por qualquer motivo. Por conta disso, o autor reafirma que:

Fausto, o Dom Quixote, Os Lusíadas, Machado de Assis podem ser fruídos em todos os níveis e seriam fatores inestimáveis de afinamento pessoal, se a nossa sociedade iníqua não segregasse as camadas, impedindo a difusão dos produtos culturais eruditos e confinando o povo a apenas uma parte da cultura, a chamada popular. A respeito, o Brasil se distingue pela alta taxa de iniquidade, pois como é sabido temos de um lado os mais altos níveis de instrução e de cultura erudita, e de outro a massa numericamente predominante de espoliados, sem acesso aos bens desta, e, aliás, aos próprios bens materiais necessários à sobrevivência. (CANDIDO, 2006, p.11)

Antonio Candido em seu ensaio “O direito à Literatura” aponta que “ela serve como meio de formação da personalidade” (CANDIDO, 1970,P.176). Mas esse caráter duplo (permitido/proibido, dicotomia que varia imprevisivelmente e que pode estar contida numa mesma obra) representa para alguns educadores um risco, pois fomenta questionamentos sobre a ordem estabelecida. Por isso a Literatura é encarada de modo paradoxal pelos professores, pois ela, ao mesmo tempo em que confirma seu papel de alimento do espírito, revela também seu papel transgressor. Essa antítese (bem/mal) é conciliada quando se encara a Literatura em seu papel humanizador, ou seja, ela faz o leitor viver.

A literatura atua devastadoramente no consciente e inconsciente do indivíduo, de forma positiva, pois privilegia o ato de pensar, refletir, contestar. Ela é capaz de arrancar o ser humano da completa ignorância. É inadmissível a negação da literatura ao indivíduo, que vive

com uma venda nos olhos, sem oportunidade de deleitar-se sobre os diferentes níveis de cultura e a escola é a responsável direta por essa ação.

Neste trabalho, ressalta-se que a literatura da qual se trata, não é a literatura didática, ou seja, uma disciplina curricular, e sim, a literatura como um mundo paralelo capaz de suprir toda e qualquer inquietação do indivíduo ou mesmo suscitar nele tais questionamentos, a ponto de estabelecer paradoxos ao invés de solucioná-los. Os paradoxos são constantes na vida e são fundamentais para ampliar a visão dos indivíduos diante de desafios. Por isso, os questionamentos fazem parte do cotidiano escolar, sem preocupação com respostas, o importante é estar constantemente levantando novos paradigmas.

Nessa perspectiva, entende-se que a literatura adentra qualquer área do conhecimento e cada uma delas vista à luz da literatura deixa de atuar de forma restrita, visto que a literatura inter-relaciona dimensões situadas em diferentes níveis da realidade. Essa ideia é corroborada por Rildo Cosson, quando ele afirma:

Na sala de aula, a literatura precisa de espaço para ser texto, que deve ser lido em si mesmo, por sua própria constituição. Também precisa de espaço para ser contexto, ou seja, para que seja lido o mundo que o texto traz consigo. E precisa de espaço para ser intertexto, isto é, a leitura feita pelo leitor com base em sua experiência, estabelecendo ligações com outros textos e, por meio deles, com a rede da cultura. Afinal, construímos o mundo com palavras e, para quem sabe ler todo texto é uma letra com a qual escrevemos o que vivemos e o que queremos viver, o que somos e o que queremos ser (COSSON, 2010, p. 67).

Ao defender o estudo do texto literário na sala de aula, é preciso esclarecer que não adianta apenas encher a sala de aula com textos. As estratégias de leitura são essenciais no trabalho com a literatura, pois as atividades propostas devem visar o enriquecimento cultural, linguístico, além de desenvolver o hábito da leitura e a produção de textos.

Não excluindo os demais gêneros, o texto literário é indispensável ao desenvolvimento da competência leitora, e, evidentemente, para a formação do gosto literário, que deve ser desenvolvido ainda no Ensino Fundamental.

Apenas incluí-lo na programação do cotidiano escolar não é suficiente, mas é necessário dar-lhe o devido destaque na apreensão cultural, através da criteriosa seleção do material a ser oferecido, que não pode negar a abordagem dos cânones, como também, na proposta didática destinada ao estudo do texto, não pode deixar de inserir atividades que privilegiem estratégias adequadas de abordagem e construção da trama literária.

Para os professores não é suficiente apontar-lhes tais estratégias, é imprescindível uma fundamentação teórica, que justifique as práticas no sentido de assegurar-lhes a melhor escolha por esta ou aquela estratégia de leitura, levando em consideração uma série de fatores determinantes no processo interativo texto-leitor-texto. O que remete à capacitação.

Uma formação constante é imprescindível para ampliar a visão do processo ensino aprendizagem e como ele se desenvolve na atualidade, professores precisam apostar em estudos que conduzam a prática docente e legitimem suas práticas educativas. A capacitação individual e coletiva é imprescindível ao trabalho docente, leituras compartilhadas e discussões fortalecem o pensamento interdisciplinar, bem como, apontam novos caminhos para uma educação de qualidade.

Com relação à formação dos professores Marisa Lajolo destaca que:

A discussão sobre leitura, principalmente a leitura numa sociedade que pretende democratizar-se, começa dizendo que os profissionais mais diretamente responsáveis pela iniciação à leitura devem ser bons leitores. Um professor precisa gostar de ler, precisa ler muito, precisa envolver-se com o que lê (LAJOLO, 2005, p.108)

É muito difícil convencer um profissional de que a literatura adentra toda e qualquer área do conhecimento, se na sua formação acadêmica ou mesmo pessoal ele não teve aparato teórico para tanto, e por esse motivo permanece a crença de que literatura é matéria a ser ensinada unicamente pelo professor de Língua Portuguesa.

No Ensino Fundamental, é essencial que crianças e adolescentes entrem em contato com grandes nomes da literatura nacional ou internacional, pois é uma fase de construção da personalidade e visão de mundo que pode ter a largura e o horizonte que o indivíduo quiser, desde que sejam apresentados a ele as oportunidades e os mundos diferentes a partir do letramento literário.

Rildo Cosson (2006) em sua obra *Letramento literário – teoria e prática* afirma que “no Ensino Fundamental a Literatura tem um sentido tão amplo que engloba qualquer texto escrito que apresente características da ficção ou poesia. Porém tanto a escola como os livros didáticos substituíram a leitura de obras por textos curtos do gênero jornalístico, sob a alegação de que os textos literários não seriam material adequado de leitura ou de modelo de escrita escolar”.

Seja na História, Arte ou Geografia a literatura pode proporcionar um leque de conhecimentos com uma diferença: o prazer através do imaginário, tão pertinente nesta fase

da vida. É possível encantar através das viagens pelos livros ou pequenas histórias recheadas de aventuras e heroísmo de personagens, com os quais os indivíduos se identificam pela aproximação da dor, do problema ou até mesmo dos desejos que se confundem entre personagem e espectador ou leitor.

O envolvimento entre personagem e espectador é descrito por Cosson:

O segredo maior da Literatura é justamente o envolvimento único que ela nos proporciona em um mundo feito de palavras. O conhecimento de como esse mundo é articulado, como ele age sobre nós, não eliminará seu poder, antes o fortalecerá porque estará apoiado no conhecimento que ilumina e não na escuridão da ignorância. (COSSON, 2006, p.29).

Cosson (2006) afirma que “o ensino da literatura como essencial ao desenvolvimento humano perdeu lugar para os textos imagéticos, tirinhas, crônicas e textos jornalísticos, pois muitos acreditam que a leitura de um texto literário não tem mais espaço na sociedade atual por conta do cotidiano que exige rapidez e é um século marcado pela era da imagem”.

Por outro lado é possível perceber que os jovens têm passado horas diante da tela do computador e, manuseando o teclado, entregam-se a uma leitura/escrita teclada criativa, espontânea, livre, em tempo real e interativo. Além desses aspectos comunicativos, percebe-se que a navegação pelos sites da internet pode estar possibilitando também um novo encontro com a literatura.

A imersão no meio virtual vale a pena: leva o indivíduo a compreender a internet como um espaço de imensas possibilidades, principalmente no que se refere a práticas outras de leitura e escrita. Mas claro que não se pode adotar uma postura acrítica ou de deslumbramento, é preciso se manter numa atitude aberta, receptiva e benevolente em relação à novidade, tentando compreendê-la.

Nas páginas da rede mundial de computadores, crescem a cada dia os endereços que levam a sites sobre literatura com bases de dados constantemente atualizados envolvendo autores, obras, gêneros diversos, movimentos literários, períodos históricos.

É possível encontrar a compatibilidade entre o texto literário, pela sua característica de intertextualidade, e os fluxos digitais. O leitor ao selecionar um texto no computador, e produzir uma edição para si, uma montagem pessoal, leva em consideração a reserva de informação da qual o texto escolhido faz parte. Nesse sentido, ele aplica uma estratégia de leitura através da atualização de significados de um texto, visto que a criação de um elemento

peçoal funciona como uma interpretação. Portanto, o suporte digital amplia a possibilidade de leitura e escrita, o que leva a crer na existência de uma leitura e escrita coletivas. Para Demo, as escolas estão longe de atuar nesse cenário, como aponta que:

O mundo da escola não é o mundo no qual a criança vai viver mais tarde, e isto, em grande parte, pela distância tecnológica. A escola não pode evitar o impacto da tecnologia, mas se pudesse, evitaria, porque é mais cômodo continuar dando a mesma aula. Em sociedades mais avançadas, é oferecida às crianças toda sorte de acesso ao ciberespaço, realidades virtuais, jogos eletrônicos e uso de computador e internet em sala de aula, sem falar em uso de data show, vídeos, DVD, etc. Entre nós, esta realidade parece distante para a grande maioria não só dos alunos, como também dos professores. Escolas particulares ensaiam uma aproximação mais acelerada, mas, no conjunto, ainda é coisa excepcional. A escola pública, que é a que mais conta, está muito distante desta realidade (DEMO, 2007.p.103).

Demo (2007) destaca que é preciso entender que o letramento literário é uma prática social e, como tal, responsabilidade da escola. É preciso definir como será a escolarização da literatura sem , no entanto, descaracterizá-la, sem transformá-la em um simulacro de si mesma, como tem ocorrido atualmente, negando assim, seu poder de humanização.

Pedro Demo faz uma reflexão acerca da pergunta feita pelos educadores, se a leitura sobrevive ao confronto com a televisão e as demais mídias, tendo em vista que o crescimento dos meios de comunicação de massa e a velocidade como os aparatos tecnológicos se desenvolvem, provocam mudanças cruciais na sociedade atual, o que parece contribuir com a decadência da leitura. Nesse sentido ele confirma que:

A manipulação eletrônica da imagem, principalmente a codificação da informação tiram da leitura o privilégio de ser o meio cultural preponderante, quase exclusivo de informação e difusão cultural. Os efeitos dessas transformações são, porém, curiosos: nos países desenvolvidos, a nova mídia parece incrementar a leitura, enquanto que nos países mais atrasados, a leitura entra em crise (DEMO, 2007, p.48)

A leitura e a escrita passam por uma profunda revolução com o advento do texto eletrônico. Ler diante de uma tela não é o mesmo que ler num livro, embora o objeto da leitura - o texto – seja o mesmo. Os textos passam a fazer parte de um mundo virtual, não mais materializado em forma de livro, jornal ou revista. Compostos numa tela do computador, guiados por processos telemáticos, chagam até um leitor que os apreende através dessa tela. A versão eletrônica dos textos abre novas e imensas possibilidades, transformando também sua condição. É a substituição da matéria concreta do livro pela imaterialidade dos textos, que

agora não se concretizam mais em um objeto que sofre uma manipulação individual, solitária, para se transformar em um objeto plural, manipulável coletivamente em tempo real.

Muitos professores atribuem a crise da leitura ao fato de concluírem que seus alunos lerem pouco, ou simplesmente não lerem nada. É possível computar que a geração digital lê muito mais do que gerações passadas, ainda que se afirme que a leitura dessa geração é frívola, como justificar o número de vendas de um título como “Harry Potter” em todo o mundo e lido principalmente, pelo público adolescente. Um jovem é capaz de ler uma revista com 200 páginas para desvendar o segredo de um novo jogo. O que acontece é que gerações passadas tinham motivações diferentes para as leituras, enquanto que a geração digital tem outra motivação.

A escola não pode negar espaço à literatura exaltada pelos jovens atualmente, como também não pode deixar de apresentá-los aos clássicos nacionais e universais. É preciso ampliar as oportunidades de leitura, privilegiando a diversidade de obras, procurando aproximá-las o máximo possível. Isso proporciona aos alunos a construção de seu próprio repertório através das escolhas feitas na escola e fora dela.

O ciberespaço também contribui para a aproximação dos jovens da leitura, muitas obras têm sofrido adaptação para outras linguagens como, por exemplo, os quadrinhos, que tanto chamam a atenção dos adolescentes. O professor como estudioso constante precisa utilizar as ferramentas digitais a seu favor, proporcionando uma profusão de leituras das mais variadas formas sejam para iniciar ou concluir uma determinada obra ou mesmo abrir espaço para as escolhas pessoais de cada aluno.

Também é importante preparar o caminho para o diálogo entre o texto e sua tradição. Na busca de produção de sentidos acessíveis ao leitor iniciante, é preciso apresentar os elementos que constituem os cânones, ou simplesmente, o contexto histórico responsável pelas possibilidades de leituras de um texto literário. Cada texto dialoga com diversos outros, próximos ou distantes, contemporâneos ou passados, conterrâneos ou estrangeiros. Esse diálogo oportuniza uma profusão de sentidos que se concretizam plenamente através das leituras empreendidas pelos leitores.

O trabalho com a literatura no ensino fundamental aparece também nos documentos oficiais de educação como os PCN's, por exemplo, que deixam bem claro o papel da escola na construção do letramento literário e sua real importância na formação de indivíduos críticos, autônomos e humanizados.

Em tal documento, encontra-se o destaque para o trabalho com a literatura, considerando em primeiro plano as criações poéticas, dramáticas e ficcionais da cultura letrada com o intuito de garantir a democratização de uma esfera de produção cultural pouco ou menos acessível aos leitores, sobretudo da escola pública.

É dado um enfoque ao trabalho direcionado às séries finais do Ensino Fundamental, onde os PCN's apontam uma preocupação maior com a seleção das obras a serem trabalhadas e nomeadas como a literatura infanto-juvenil, que, na maioria das vezes, é marcada por histórias de aventuras por conta do gosto apresentado pelos jovens dessas séries. Com relação a essa preocupação, os PCNs destacam que:

As práticas escolares de leitura literária têm mostrado que os alunos do ensino fundamental iniciam sua formação pela literatura infanto-juvenil, em propostas ficcionais nas quais prevalecem modelos de ação e de aventuras. Os livros para jovens dessa vertente editorial representam, como se sabe, grande fatia do mercado brasileiro, movimentada, sobretudo pelas demandas escolares (PCN, 2006, p.63).

A grande preocupação inerente aos documentos oficiais citados anteriormente é como a escola tem agido para formar o leitor crítico, a partir do texto literário, visto que a escola tem encontrado grande dificuldade de fazer o jovem adentrar no mundo literário, que muitas vezes não é visto como interessante por eles atualmente, pois acreditam que apenas a literatura consagrada pelos jovens, na atualidade, não é suficiente para formação deles como leitores críticos.

É muito comum a leitura de fragmentos de textos ser utilizada com o intuito de que os alunos executem atividades metalinguísticas, ao invés de uma leitura propriamente dita, com deleite na narrativa, drama ou poesia e o viés responsável pela trama, onde os alunos poderiam lançar mão de seus conhecimentos prévios para desvendar os caminhos percorridos pelos personagens.

Nesse ponto é importante ressaltar que nem sempre a leitura literária, como experiência estética, flui de modo espontâneo, o que certamente enriqueceria o repertório dos alunos por conta das tensões que se estabelecem nos momentos de discussão a partir das experiências individuais de leitura.

Em contrapartida, torna-se um grande desafio para o educador conduzir os jovens à leitura de obras diferentes das conhecidas por eles, sejam obras consagradas ou atuais, mas com valor estético reconhecido - capazes de propiciar uma fruição mais apurada, através das

quaisterá acesso à outra forma de conhecimento de si e do mundo. Para esse aspecto Geraldi afirma:

Entretanto, parece que a escola tem sistematicamente desconsiderado essas práticas sociais de leitura, produzindo-se nela um fenômeno que contraria seus objetivos mais caros, isto é, obriga ao afastamento e à rejeição do aluno em relação ao texto literário, “um veto à fruição na leitura e à formação do gosto literário, quando não têm representado, pura e simplesmente, um desserviço à formação do leitor...” (GERALDI, 1985, p.138)

Vale salientar que os PCN evidenciam a necessidade de um trabalho pedagógico voltado para o incentivo à leitura em toda a comunidade escolar, que não se restringe especificamente aos professores de Língua Portuguesa, visto que quanto melhor o desempenho dos alunos como leitores, melhor será sua atuação em outras disciplinas e, em geral, no desempenho escolar.

Ainda há um destaque no que se refere à Literatura no material destinado ao 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental, onde a proposta do referido documento é enfatizar as obras literárias clássicas e contemporâneas como instrumento essencial à formação do indivíduo que finaliza uma etapa dos estudos e ingressa no ensino médio, e ainda aponta que é papel da escola promover as condições necessárias ao desenvolvimento do letramento literário dos alunos. O documento afirma que:

A questão do ensino da literatura ou da leitura literária envolve, portanto, esse exercício de reconhecimento das singularidades e das propriedades compositivas que matizam um tipo particular de escrita. Com isso, é possível afastar uma série de equívocos que costumam estarem presentes na escola em relação aos textos literários, ou seja, tratá-los como expedientes para servir ao ensino das boas maneiras, dos hábitos de higiene, dos deveres do cidadão, dos tópicos gramaticais, das receitas desgastadas do “prazer do texto”, etc. Postos de forma descontextualizada, tais procedimentos pouco ou nada contribuem para a formação de leitores capazes de reconhecer as sutilezas, as particularidades, os sentidos, a extensão e a profundidade das construções literárias (BRASIL, PCN - 3º e 4º ciclos, 1998, p.30)

A forma como a Literatura é abordada pelos PCN contribui para o trabalho do docente no sentido de dar encaminhamentos pertinentes quanto à prática do letramento literário no ambiente escolar, visto que a escola é um espaço de construção e troca de conhecimento e a literatura tem o poder de oportunizar o contato do ser humano com a fruição, a apreciação estética tanto através do cânone literário como da Literatura popular. Tal encontro é possível e bastante enriquecedor para o aluno-cidadão, que necessita estar constantemente em contato

com um ambiente que favoreça a leitura, que permita o diálogo entre variados gêneros literário e autores de épocas diferentes, com o intuito de constituir um cidadão consciente, reflexivo e crítico.

Segundo Rildo Cosson, a Literatura deve estar presente na escola e a escolha dos livros deve passar por seleção a partir de critérios estabelecidos, com o intuito de que o aluno esteja em contato com uma diversidade de leituras, desde as mais triviais até os cânones, pois a construção do leitor maduro está na diversidade e na complexidade das leituras. Ler apenas não significa que o leitor será proficiente.

Para Cosson (2006), selecionado o livro, é preciso trabalhá-lo adequadamente em sala de aula. Já sabemos que não basta mandar os alunos lerem.

A literatura merece seu lugar de destaque no ambiente escolar pelo simples fato de que é o lugar de privilégio da construção do conhecimento; por conseguinte, acredita-se no poder da literatura na formação do homem letrado e, mais ainda, que a Literatura é indispensável à vida. Na obra *Literatura pra quê?* Compagnon afirma que a vida é mais cômoda, mais clara, e mais ampla para aqueles que leem muito, mais do que, para os que não leem.

O autor cita uma fala de Francis Bacon, a qual confirma tudo que foi colocado e defendido neste presente trabalho e expõe:

A leitura torna o homem completo, a conversação torna o homem alerta e a escrita torna o homem preciso. Eis porque, se o homem escreve pouco, deve ter uma boa memória; se fala pouco, deve ter uma mente alerta; e se lê pouco, deve ter muita malícia para parecer que sabe o que não sabe. (COMPAGNON, 2000, p. 29).

Para Cosson (2006), nosso corpo é a soma de vários outros corpos. Ao corpo físico, somam-se um corpo linguagem, um corpo sentimento, um corpo imaginário, um corpo profissional e assim por diante. Somos a mistura de todos esses corpos, e é essa mistura que nos faz humanos.

Cosson (2006,p.16) destaca que “o corpo linguagem, o corpo palavra encontra na Literatura seu mais perfeito exercício”. A Literatura não apenas tem a palavra em sua constituição material, como também a escrita é seu veículo predominante. “A prática da Literatura, seja através da leitura ou da escrita, nada mais é do que uma exploração das potencialidades da linguagem, que não encontra paralelo em outra atividade humana”.Cosson afirma que:

É no exercício da leitura e da escrita dos textos literários que se desvela a arbitrariedade das regras impostas pelos discursos padronizados da sociedade letrada e se constrói um modo próprio de se fazer dono da linguagem que, sendo minha, é também de todos e isso ocorre porque a Literatura é plena de saberes sobre o homem e o mundo (COSSON, 2006, p.16)

Roland Barthes, em *Aula* (1980), faz menção à fábula da pedra de Bolonha. A fábula conta que nessa cidade havia uma pedra mágica. Durante o dia, escura e opaca, absorvia a luz e tudo que a circundava. À noite, transmudava-se em brilho iluminando a tudo e a todos com a luz que recolhera anteriormente. Cosson (2006) afirma que assim funciona o texto literário, em relação aos saberes que guarda a cada escritura, mas sem os aprisionar dentro de si. Ao contrário, libera-os com brilho a cada leitura.

Na atualidade, torna-se cada vez mais complexa a forma de se obter a atenção do aluno para os conteúdos referentes às matérias presentes em seus currículos, com a Geografia, Arte ou História. Estas, por sua vez, tornam-se um amontoado de assuntos defasados, distantes da realidade do aluno e de difícil compreensão. Tudo isso faz com que o professor busque alternativas para facilitar o ensino-aprendizagem.

Ir além da aula descritiva e distante exige do professor um esforço muito grande para trazer para a realidade do aluno aquilo que está sendo estudado; para ir além das descrições – sejam elas aulas expositivas realizadas pelo professor ou escritas no livro didático, é preciso que o professor esteja disposto a realizar um trabalho que mude a forma como o ensino das matérias citadas vem sendo ministrado no Brasil nas últimas décadas.

Na busca para aproximar o ensino da Arte, Geografia ou História da realidade do aluno, alguns professores vem se utilizando de metodologias alternativas como a utilização da arte, da música, do cinema ou a Literatura.

Grandes obras de autores nacionais compõem um retrato da sociedade na qual foram produzidos e que podem ser utilizados nos estudos de geografia, História ou Arte, de forma a aproximar o aluno de conteúdos considerados enfadonhos e distantes da realidade. A ficção estabelece um elo com o cotidiano, além de proporcionar diversas leituras, a partir do repertório dos leitores. Através da escolarização da literatura é possível desenvolver no indivíduo a criatividade, a criticidade e a reflexão.

Vários autores analisam o processo de escolarização do ato de ler, tendo em vista as concepções de leitura que norteiam o trabalho dos professores em sala de aula. Kleiman (1996) desenvolve uma análise crítica sobre as concepções de leitura que circundam o

ambiente escolar. Conforme a autora, a escola ainda prioriza a leitura como mera decodificação, pressupondo um leitor passivo, cuja participação volta-se primordialmente para a superfície do texto.

Além dessa concepção, a leitura é trabalhada na escola apenas como estratégia de avaliação, o que coloca o aluno diante de uma tarefa árdua: é preciso ler para fazer exercícios, provas, fichas de leitura, resumos, enfim, o ato de ler está relacionado ao cumprimento de tarefas escolares.

Para Kleiman (1996), é durante a interação que o leitor mais inexperiente compreende o texto: não é durante a leitura silenciosa, nem durante a leitura em voz alta, mas durante a conversa sobre aspectos relevantes do texto.

Nessa perspectiva, salienta-se a necessidade de o professor se constituir num leitor, visto que, para estabelecer uma conversa acerca de um texto ou de uma obra, é preciso conhecê-la. Isso pressupõe que o educador já antecipou a leitura da obra para levantar discussões a respeito da mesma.

Fato que existem estudos teóricos a respeito das inter-relações entre as concepções de leitura, texto e literatura na sala de aula. Contudo, essas discussões teóricas geralmente perdem-se na prática de sala de aula, havendo mais “desencontros” do que “encontros” a respeito da conexão entre leitura, texto e literatura. Sobre esse fato, Silva (1998,P.56) diz que:

Em certo sentido, a leitura de textos se coloca como uma ‘janela para o mundo’. “Por isso mesmo, é importante que essa janela fique sempre aberta, possibilitando desafios cada vez maiores para a compreensão e decisão do leitor”. A leitura literária deveria ser trabalhada na escola como essa “janela para o mundo”. A obra literária poderá, assim, ser recriada e reinventada pelos leitores, tendo em vista as diferenças de repertórios, de experiências prévias de leitura, bem como a diversidade e heterogeneidade de expectativas de leitores. (SILVA, 1998, p.56)

É importante salientar que a leitura do texto literário fornece ao leitor sensações, provoca reações e experiências múltiplas. A leitura literária é uma troca de impressões, de comentários acerca do texto, é uma porta de entrada ao mundo de possibilidades através das quais o leitor procura compreender como o autor construiu todo um enredo fictício e ainda assim aproxima-se do mundo real. Se, ao ler um texto, vários acontecimentos vêm à tona, seria válido que as escolas criassem formas de privilegiar os debates, resumos, palestras e leitura em grupo para criar um clima literário na escola.

É preciso pensar em melhorar o uso do texto literário, quebrar barreiras impostas pelo ensino tradicional, pois a maior preocupação da escola deve ser formar leitores assíduos, e de qualidade. O professor tem, nesse caso, o papel de mediador e incentivador da leitura do texto literário. Para Lajolo (2005), teoria literária e teoria do texto não são associadas não por uma questão de diferenças entre ambas, mas uma questão de convenção histórica e acadêmica.

Ainda de acordo com Lajolo (2005), a integração dessas duas teorias é fundamental para a formação de um leitor crítico e atento às mudanças do meio em que se encontra inserido; porém, dissociar teoria do texto e teoria literária é perder pressupostos teóricos importantes não só para o meio acadêmico, mas para a formação do profissional em Letras.

Nessa perspectiva, é preciso que tanto a academia quanto a sociedade convertam o ensino das línguas, ou mesmo da literatura numa prática significativa na sala de aula. É necessário transformar a prática do ensino repetitivo, enfadonho e limitado em prática educativa libertadora, que permita ao aluno sentir-se protagonista, de um processo crítico e transformador que é a leitura, além de proporcionar a emoção e aprendizagem no contato com o texto literário.

Nesse propósito, Lajolo (2005) tenta entender a difícil passagem “do mundo da leitura para a leitura do mundo” que é papel da escola oportunizar, mas não o faz. Segundo a autora, lemos para entender o mundo, para nos sentirmos melhor, aprendendo através das experiências de quem aprendeu e escreveu sobre o mundo e sobre a vida. A leitura escolar é utópica e cada vez mais distante dos estudantes. Para justificar seu pensamento ela afirma que:

Numa última perspectiva, o desencontro literatura/jovens que explode na escola parece mero sintoma de um desencontro maior que nós – professores – também vivemos. Os alunos não leem nem nós; os alunos escrevem mal e nós também. Mas, ao contrário de nós, os alunos não estão investidos de nada. E o bocejo que oferecem à nossa explicação sobre o realismo fantástico de *Incidente em Antares* ou sobre a metalinguagem de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* é incômodo e subversivo, porque sinaliza nossos impasses (LAJOLO, 2005, p.16)

Letramento é tarefa da escola, questão para todas as áreas, uma vez que é uma habilidade indispensável para a formação de um estudante, que é o objetivo maior da escola. Ensinar é dar condições ao aluno para que ele se aproprie do conhecimento historicamente construído e se insira nessa construção, como produtor do conhecimento. Ensinar é ensinar a

ler para que o aluno se torne capaz dessa apropriação, pois o conhecimento acumulado está escrito em livros, revistas, jornais, relatórios, arquivos.

O letramento precisa acontecer na escola. E só tem um meio: os professores de todas as áreas devem se dedicar a proporcionar muitas e muitas oportunidades para que todos descubram que ler é uma atividade muito interessante, que a leitura proporciona prazer, diversão, conhecimento, liberdade, uma vida melhor, enfim. E essas oportunidades terão de ser tantas quanto forem necessárias, para que o aluno passe a gostar de ler e, por isso, sinta a necessidade de leitura e que esta vire hábito.

Isso é tarefa do professor de português? É. É também tarefa do professor de história, de geografia, de ciências, de arte, de educação física, de matemática, bem como das demais disciplinas. É tarefa da escola: os professores reunidos na mais básica das atividades interdisciplinares – deverão reservar momentos diários nas aulas para que os alunos se dediquem, à leitura individual, solitária, silenciosa de todo tipo de material impresso, dando prioridade ao texto literário.

## **2.2 CAPÍTULO II – LITERATURA E INTERDISCIPLINARIDADE**

Inserir o texto literário nas aulas de História requer formar uma parceria entre o professor de Língua Portuguesa e o professor de História para que cada um possa dar sua contribuição à luz de cada uma das disciplinas. Estabelecer essa parceria pressupõe um trabalho interdisciplinar, para tanto é preciso que cada um dos docentes envolvidos pense interdisciplinarmente, ou seja, é importante querer, ter consciência da importância de pensar a educação como uma teia, onde as áreas do conhecimento se entrelaçam no entendimento e na busca por soluções para os problemas do cotidiano contemporâneo.

Primeiramente, é fundamental entender que a interdisciplinaridade é uma exigência do mundo atual. Ela busca dar sentido, principalmente, nas instituições de ensino, ao trabalho dos professores, para que a comunidade escolar procure junto elaborar o caminho para novas atitudes, novas pesquisas, novos saberes, novos projetos em face das novas exigências do mundo moderno.

Em se tratando de educação, o termo heterogeneidade é imprescindível. Pensar em interdisciplinaridade é propor um caminho heterogêneo. Em face disso, o diálogo é um dos principais pressupostos na proposta interdisciplinar. Um diálogo crítico, reflexivo, transformador para repensar as práticas educativas é essencial. Interdisciplinaridade está ligada a trabalho em equipe, para isso todos devem estar abertos ao diálogo.

Ao longo do desenvolvimento do trabalho em equipe interdisciplinar o diálogo vai adquirindo espaço. Para tanto, é necessária uma tomada de consciência, primeiro individual e depois coletiva. É imprescindível a consolidação das práticas de ver, ouvir, falar, problematizar e agir, numa atividade constante, o que desencadeia novas práticas que serão fundamentais na intervenção da realidade.

Para Ivani Fazenda (2002) é preciso desenvolver uma atitude interdisciplinar diante das mais variadas situações e ações. Isso pressupõe um envolvimento no ato de educar, visto que, essa atitude é um ato de vontade, de envolvimento humano, troca de experiências e conhecimentos. O educador precisa vivenciar a educação, isso envolve uma busca reflexiva de identidade, integração com as pessoas que o cercam e com o trabalho, do contrário não ocorrerá essa integração necessária a um resultado bem-sucedido.

A busca pelo autoconhecimento e por novos saberes caracteriza alguém que pensa interdisciplinarmente, é capaz de investir continuamente no conhecimento da própria

identidade, logo valoriza o ser humano. Esse é o verdadeiro educador, mestre que ensina e ao mesmo tempo aprende, corroborando com o mestre Paulo Freire.

A relação com o processo de aprendizagem depende do amadurecimento pessoal, intelectual e social, e está diretamente ligada à vontade de cada indivíduo. Tanto professores quanto alunos precisam buscar o conhecimento na perspectiva de entender a própria identidade. Através da tecnologia e da globalização, o professor pode conhecer e descobrir os melhores instrumentos para desenvolver novas práticas, proporcionando ao aluno o contato com as mais variadas circunstâncias de aprendizagem do mundo contemporâneo.

Segundo Fazenda (2002, p.141) toda prática de um professor deve ser permeada pela atitude interdisciplinar de abertura e diálogo, ou seja, a pesquisa e a reflexão constantes apontam novos caminhos a serem trilhados na busca por uma educação de qualidade. Tais práticas construídas ao longo de sua experiência contribuem através da troca com os demais, para o trabalho do pesquisador interdisciplinar e proporcionam abertura para conquista de novas técnicas na inovação de sua prática.

Os desafios do mundo globalizado são inúmeros, o que exige do indivíduo uma leitura contextualizada. Isso é praticamente impossível com um saber fragmentado, com disciplinas escolares compartimentadas, pois para dar conta da complexidade do mundo é preciso o entrelaçamento dos mais variados conhecimentos adquiridos.

No processo educativo, cada disciplina precisa ser vista, não pelo lugar que ocupa na grade curricular, mas pelos saberes que contempla e nos movimentos que esses saberes são capazes de gerar, próprios de sua competência científica. Cada disciplina passa à categoria de interdisciplina, através da movimentação do professor na inovação de suas práticas.

O que se entende por intervenção educativa é o movimento interdisciplinar que discute a prática em suas diversas variáveis, desde a interação entre professor e alunos até a relação de mediador que deve ser assumida pelo professor como agente nas relações entre o aluno e o objeto de estudo.

Três são as formas de conhecer que envolvem a interdisciplinaridade: saber, saber-fazer e saber-ser. O desenvolvimento de tais saberes demanda um grande esforço e pesquisa por parte do educador, que, formado no antigo sistema, encontra-se diante de situações para as quais não houve um preparo e está em constante conflito, acerca do modo como atuar no desenvolvimento do sujeito, o ser individual capaz de reconhecer suas próprias potencialidades e um cidadão contemporâneo, capaz de entender e refletir sobre as mais

variadas situações cotidianas que exigem uma convivência de respeito às diversidades. Para a grande maioria dos professores, uma missão impossível.

No Brasil, um grande número de escolas vem demonstrando preocupação em intervir na estrutura da grade curricular, considerando questões pertinentes à interdisciplinaridade, como o estabelecimento das inter-relações entre as disciplinas, apontando para a complementaridade entre elas – principalmente no desenvolvimento de projetos pedagógicos.

FAZENDA (2008, p.86) afirma que “é necessária consciência de que apenas a estruturação não é suficiente, para a materialização de um currículo interdisciplinar também requer um plano didático, cujo objetivo é estabelecer uma ligação entre o que aponta o currículo e sua aplicação nas situações de aprendizagem, promovendo reflexão do fazer pedagógico e sobre ele, planejando e revisando estratégias de ação e de intervenção”.

Para a autora, há também um terceiro nível da interdisciplinaridade escolar: o pedagógico, considerado um espaço da atualização em sala de aula da interdisciplinaridade didática. Por esse movimento, a interdisciplinaridade é considerada uma categoria de ação, pois leva em conta o gerenciamento da sala de aula, e todas as situações que dela podem decorrer.

Não é fácil propor uma mudança tão radical na organização do currículo, porque envolve vários fatores e parte de uma formação pessoal para a qual muitos professores não estão preparados e a própria escola requer uma reestruturação nas concepções de educação, o que demanda muito estudo e dedicação. Mas também não é impossível, nas diferentes disciplinas existem mais de uma possibilidade metodológica na estruturação das aulas, o que permite trabalhar com temáticas atuais, para promover o desenvolvimento de comparações entre realidades diversas. É no repensar constante da prática, no diálogo entre professores e na aproximação da prática com a teoria que as concepções vão se formando e a partir delas, a própria formação do aluno.

A interdisciplinaridade também permite que cada aluno se transforme em um “cientista”, o que significa considerá-lo também como um protagonista do processo de ensino e aprendizagem. Nesse contexto, o professor já não possui o papel de detentor de todas as possibilidades do saber.

Com a proposta de um trabalho interdisciplinar, surge uma nova maneira de enxergar o movimento das áreas do conhecimento, permite a compreensão e o estabelecimento de uma nova forma de olhar o conhecimento, o ensino e a aprendizagem.

Todos devem sentir-se parte do processo, todas as áreas precisam buscar o desenvolvimento do indivíduo na sua totalidade. A leitura deve fazer parte de toda e qualquer aula, assim como a argumentação, habilidades fundamentais na construção de um ser crítico, protagonista da própria história. Fazenda destaca que é preciso estabelecer uma nova concepção de homem e educação, até mesmo a forma como as aulas se estruturariam nas salas com professores e alunos. Ela afirma que:

Somos produto da “escola do silêncio”, em que um grande número de alunos apaticamente fica sentado diante do professor, esperando receber dele todo o conhecimento. Classes numerosas, conteúdos extensos, completam o quadro desta escola que se cala. Isso complica muito quando já se é introvertido... (FAZENDA, 2006, p.15)

A partir do momento em que a escola abre espaço para repensar suas práticas educativas e passa a investir no trabalho interdisciplinar, a materialização do conhecimento torna-se significativa e então a interdisciplinaridade não é mais vista como uma negação à disciplinaridade; pelo contrário, ela agora pode ser entendida como um instrumento de superação das barreiras que separam as diversas disciplinas do currículo.

Com a gama de trabalhos desenvolvidos por estudiosos no Brasil sobre interdisciplinaridade, desde o início deste século, tanto no cenário acadêmico como nos documentos oficiais nacionais de educação, é possível perceber, ainda que em parte, o destaque ao termo interdisciplinaridade na reforma curricular promulgada pelo MEC a partir da nova LDB (Lei 9.394/96). É perceptível nas novas diretrizes curriculares nacionais, propostas pelo Governo Federal, que a interdisciplinaridade passa a ser, efetivamente, um conceito central e indispensável no âmbito da Educação Básica brasileira.

Vale salientar que o termo interdisciplinaridade aparece no referido documento sob diferentes significados e que, em se tratando de fundamentação teórica, pouco dialoga com os teóricos contemporâneos que discutem o tema. Os PCNs, embora de forma vaga, propõem uma prática interdisciplinar a ser exercida em todas as áreas do currículo do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

No caderno introdutório dos PCNs (1998, p.58) do Ensino Fundamental faz-se alusão, em diversos momentos, ao trabalho interdisciplinar. Um exemplo é quando trata da estruturação das disciplinas do currículo, que é feito de forma disciplinar, mas propõe que o tratamento dos conteúdos deve integrar conhecimentos de diferentes disciplinas, que contribuem para a construção de instrumentos de compreensão e intervenção na realidade em

que vivem os alunos. Pela interpretação do texto oficial é possível perceber uma proposta de prática educativa pautada no diálogo entre as disciplinas.

A interdisciplinaridade não pode ser considerada apenas um instrumento de ligação entre os conteúdos, é um entendimento conceitual, considerado como uma das formas mais tradicionais de representação da interdisciplinaridade; nesse caso, assume um sentido que pode ser descrito como um esforço para “construir pontes” entre os conteúdos das disciplinas do currículo escolar.

Outro momento em que é possível perceber uma proposta interdisciplinar nos PCNs é quando trata da transversalidade, logo na introdução do tema, o documento deixa bem claro que os temas não são novas disciplinas a serem acrescentadas ao currículo, são eixos temáticos que devem ser explorados por todas as disciplinas como um todo, o que leva a interpretação de uma proposta interdisciplinar, ainda que de forma bastante elementar.

Nesse contexto, a interdisciplinaridade é delineada a partir das contribuições dadas por cada disciplina para um maior entendimento acerca de um tema proposto, geralmente, um foco cotidiano – transversal – que exige a formação de uma rede de conhecimentos de diferentes ordens. Dessa forma, as ações dos professores convergem para o processo ensino-aprendizagem.

A interdisciplinaridade vista desta forma torna-se incapaz de produzir transformações no currículo disciplinar, mas ainda assim apresenta um alcance epistêmico em relação ao que seria a promessa (teórica) de interdisciplinaridade. Com relação à questão da transversalidade, o documento afirma que:

Isso não significa que tenham sido criadas novas áreas ou disciplinas. Os objetivos e conteúdos dos Temas Transversais devem ser incorporados nas áreas já existentes e no trabalho educativo da escola. É essa forma de organizar o trabalho didático que recebeu o nome de transversalidade (PCN, 1998,p.17)

Os PCNs apontam que transversalidade e interdisciplinaridade completam-se mutuamente, pois as questões trazidas pelos temas transversais exigem inter-relações entre os objetos do conhecimento, o que torna inviável uma prática educativa disciplinar. A transversalidade perpassa todas as áreas do conhecimento, estabelecendo um elo entre o objeto do conhecimento e o sujeito enquanto protagonista, além de promover a inclusão dos conhecimentos prévios do aluno, pelo fato de lidar com temas que ele vivencia na realidade.

O trabalho com a transversalidade também requer um envolvimento por parte de toda a comunidade escolar, é preciso definir coletivamente as propostas e prioridades com relação aos temas a serem trabalhados pela equipe de professores, a qual necessita de espaços preparados para comunicação, debates e reflexão. Nesse ponto, a transversalidade aproxima-se da interdisciplinaridade, visitando Ivani Fazenda (2008,p.82), pode-se afirmar que, a prática interdisciplinar exige um trabalho em equipe, materializado na reflexão-criação-ação.

Os PCNs também apontam um caminho para a prática educativa correspondente à interdisciplinaridade no momento em que sugerem o trabalho com projetos, que tem apresentado relevância no discurso educacional brasileiro contemporâneo. A proposta sugerida pelo documento citado é de que os projetos contemplem os temas transversais, de forma que se estabeleça relação entre o conhecimento sistematizado e o conhecimento de mundo da comunidade escolar, através do compartilhamento dos objetivos e da aprendizagem adquirida através das práticas educativas pautadas na pedagogia de projetos.

Na educação básica brasileira, há um grande investimento na pedagogia de projeto, como um conjunto de atividades norteadas por um eixo temático e envolvendo, se não todas, mas grande parte das disciplinas do currículo, o que de certa forma não atende integralmente ao que se deseja, quando se trata de interdisciplinaridade, pois a mesma prioriza o processo investigativo. Mas a pedagogia de projetos pode partir de uma problematização como condução dos projetos e articular atividades de aprendizagem em diversas áreas do conhecimento.

Numa varredura feita nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental, pois é o que interessa a este trabalho especificamente, encontraram-se referências à interdisciplinaridade de forma mais elaborada, quando trata das práticas pedagógicas voltadas para projetos.

Nesse contexto, a interdisciplinaridade encontra na organização de projetos um eixo de integração de atividades e formas de conhecimento. Esse sentido deixa claro que a interdisciplinaridade não tenciona diluir as fronteiras entre as disciplinas e, sim, apontar um caminho para a complementaridade.

No documento introdutório dos PCNs para as séries finais do Ensino Fundamental (MEC, 1998a), a interdisciplinaridade pode ser concebida como uma forma de interação entre os eixos temáticos das disciplinas. Nesse sentido, essa concepção sugere uma reorganização interna no currículo, bem como uma possível forma de leitura que pode ser praticada em comum por todas as áreas do conhecimento. O documento sugere que:

No entanto, para que a aprendizagem possa ser significativa é preciso que os conteúdos sejam analisados e abordados de modo a formarem uma rede de significados. Se a premissa de que compreender é apreender o significado, e de que para apreender o significado de um objeto ou de um acontecimento é preciso vê-lo em suas relações com outros objetos ou acontecimentos, é possível dizer que a ideia de conhecer assemelha-se à de tecer uma teia. Tal fato evidencia os limites dos modelos lineares de organização curricular que se baseiam na concepção de conhecimento como “acúmulo” e indica a necessidade de romper essa linearidade. (PCN, 1998, p.75.)

Mesmo que de forma ainda bastante linear, o documento referendado traz muitas referências ao trato da interdisciplinaridade nas práticas educativas, o que é de grande valia para o desenvolvimento do trabalho da escola. No documento citado, encontra-se um arsenal teórico que leva ao entendimento de sugestões de um trabalho pautado na interdisciplinaridade, embora não de maneira totalmente explícita.

Partindo do conceito de interdisciplinaridade, discutido neste capítulo e depois de referendá-lo de acordo com os PCNs, é possível destacar o processo interdisciplinar do ato de ler, pois este envolve as contribuições de diversas áreas. No caso do texto literário, que é o foco deste trabalho, o ato de ler é influenciado por estratégias cognitivas, linguísticas, metalinguísticas, conhecimento dos diferentes códigos literários, noções do gênero literário, estilo de época no qual o texto se encontra inserido, enfim, um conjunto de conceitos responsáveis pela interação do leitor com o texto.

O ato de ler envolve toda e qualquer disciplina do currículo, faz parte do processo de ensino aprendizagem, além de ser eixo norteador na pedagogia de projetos, ou ainda, no trato de temas transversais. A relação entre leitura e literatura precisa ser reavaliada e praticada de forma atrelada à consciência crítica do mundo, do contexto histórico – social em que o aluno está inserido.

A escola ainda privilegia a leitura mecanizada, que não leva em consideração a polifonia na sala de aula, nem as diferentes interpretações proferidas pelos alunos diante de um texto literário. A quantidade de textos consumidos, muitas vezes de forma rápida, ainda é o que mais importa, em detrimento de uma leitura mais densa que exija o acionamento de conhecimentos prévios, que pressupõe um leitor ativo.

A leitura na escola, precisa ser considerada como uma ação cultural, historicamente construída, e não como uma experiência específica do âmbito escolar, como se fora dela não existissem situações a serem enfrentadas pelos indivíduos enquanto leitores. É preciso

proporcionar aos alunos o contato com a leitura, como uma forma de se posicionar politicamente e perceber sua dinamicidade diante das redes de significação dos textos.

É preciso perceber que a relação de troca diante das leituras é imprescindível na interação texto-leitor, o que parece não fazer parte da prática cotidiana da escola, que ainda insiste na resolução de exercícios desestimulantes e, por conta disso, afastam os jovens e crianças do mundo fascinante dos livros.

O uso que se faz do livro didático na escola também se constitui num entrave para a leitura interativa, porque eles trazem como eixo norteador de leitura, ainda, esquemas de interpretação preestabelecidos que não permitem que o aluno tenha a oportunidade de manifestar seu modo particular de interpretar o texto. É perigoso utilizar o livro didático como único recurso para exploração da leitura, pois o seu formato corrobora com um conhecimento desarticulado, fragmentado, que legitima uma única leitura para o texto.

Atualmente, encontram-se livros didáticos que abordam a literatura com base nas contribuições da crítica e da teoria literária, contudo, muitos ainda mantêm atividades que não estimulam o estudante a inferir, buscar o significado do que não foi dito, ou seja, ler nas entrelinhas. A leitura fica apenas no nível de superficialidade, sem levar em consideração a necessidade de elevar o nível de criticidade do leitor e subestima sua capacidade de interação com o texto.

A seleção dos textos a serem trabalhados em sala deve suscitar o olhar atento do professor, considerando os interesses e a capacidade de interpretação dos alunos, que devem compreender que toda obra literária é composta por uma rede de registros linguísticos e estéticos, além de desenvolver a capacidade de gerenciar suas escolhas literárias a partir de seu repertório de leituras.

Segundo Ezequiel Teodoro Silva (2003, p.517), “numa proposta interdisciplinar, o trabalho com o texto literário deve estar relacionado ao cotidiano, pois o aluno deve receber a orientação para compreender o papel estético da literatura, bem como a função social desta manifestação artística. Se o aluno não percebe a relação entre a literatura e o dia a dia, ele não entende a literatura como espaço de construção de mundos possíveis que interagem com a realidade”.

É imprescindível que a escola desenvolva um trabalho com a leitura com um propósito social, para que a leitura da escola e na escola tenha uma relação estreita com a leitura efetivada no cotidiano e no extra-muro. Tal fato deve ocorrer em qualquer aula, de qualquer área do conhecimento. Como afirma o estudioso:

Em certo sentido, a leitura de textos se coloca como uma “janela para o mundo”. Por isso mesmo, é importante que essa janela fique sempre aberta, possibilitando desafios cada vez maiores para a compreensão e decisão do leitor. (SILVA, 1998<sup>a</sup>, p.56)

A leitura pode ser assim trabalhada como uma “janela para o mundo”, onde a obra literária pode ser reinventada pelos leitores levando em consideração suas expectativas, experiências e seu repertório linguístico e estético, em face da apreciação, refutação ou rejeição diante da construção da obra literária ou de seus valores históricos e culturais.

A literatura não pode ser ensinada e sim, vivenciada, e deve ocorrer de forma natural, considerando a privacidade do leitor frente à obra literária. No espaço escolar deve ser oportunizado ao aluno o contato mais efetivo com o texto literário, para que o mesmo possa perceber que a leitura é algo prazeroso, que ele pode, a partir dela, construir sentidos e não apenas aceitar uma única leitura imposta pelo livro didático ou pelo professor.

Apesar de tantas pesquisas, produções de teses e propostas interdisciplinares, a verdade é que a leitura, no contexto escolar, ainda é vista como uma forma de avaliação e muitas vezes punitiva, das quais não é possível apreender nenhum significado para a vida do cidadão.

A literatura ainda é percebida como um instrumento que obriga o aluno a decorar para ser aprovado no vestibular ou, no caso do ensino fundamental, é utilizado para incutir nos jovens, conceitos relacionados à mentira, ganância, soberba, ética e outro mais, ou ainda para entreter as crianças, como uma forma de diversão ou passatempo, o que se considera inadmissível pelo fato de essa ser a fase de construção da personalidade e da formação dos gostos, inclusive o literário.

A escola, enquanto instituição social, não vem conseguindo cumprir seu papel de formar leitores críticos e reflexivos; no máximo, o que consegue é formar “leitores reprodutores” porque tem explorado a literatura de forma limitada, deixando seu caráter lúdico de lado, ou apenas utilizando-a como pretexto para analisar conceitos gramaticais.

A leitura, no contexto atual, ainda é utilizada de forma mecânica e acrítica, por conta disso, a escola não consegue formar leitores reflexivos. O ato de ler, infelizmente, é visto como ação meramente escolar, não como prática social. Assim, ao sair da escola, o indivíduo abandona a prática de leitura porque ele não conseguiu perceber a leitura como exigência cotidiana na sociedade.

A proposta deste trabalho é exatamente oportunizar aos alunos uma nova forma de efetivar a leitura em sala de aula, partindo do pressuposto de que literatura é história e que através dela um novo indivíduo surge, pelo fato de que a literatura permite a esse indivíduo ser protagonista de suas leituras.

A literatura tem papel fundamental na medida em que recria os fatos cotidianos e envolve o leitor na trama da narrativa e é nesse momento que o leitor pode agir de forma dinâmica, através das pistas encontradas ao longo das histórias, o que contribui com a leitura crítica do leitor frente o objeto literário.

Aproximar leitura, literatura e escola, pressupõe reavaliar as concepções de leitura adotadas pela instituição, as próprias noções de ensino de literatura, que se diferencia de leitura literária, contribuem para ressignificar as práticas de leitura. É uma ação conjunta, complexa e que requer uma tomada de consciência por parte do educador quanto ao ato de ensinar.

O grande desafio do professor é ajudar seus alunos a proferir novas leituras diante de um texto, sem, contudo, descartar suas inferências iniciais. A construção e reconstrução de sentidos devem fazer parte do cotidiano da sala de aula. Nesse momento, privilegia-se a interação professor-aluno-texto, e não uma interpretação pré-estabelecida pela figura do professor ou do livro didático.

O professor deve colocar o aluno frente à diversidade de leituras do texto literário, para que o mesmo reconheça que o sentido do texto não está no texto, mas é construído pelo leitor, no contato com os textos. É a partir dessa premissa que o estudo da literatura na sala de aula torna-se significativo.

A escola precisa rever a postura ainda existente na apresentação da literatura como objeto isolado, ou seja, pronto, acabado e, com sentido próprio, que independe da atuação do leitor. A obra de arte só efetiva-se diante das interferências do leitor, são as leituras feitas frente ao objeto literário que darão significado à obra.

O texto literário por si só apresenta-se como algo plural, inter-relaciona-se com outras áreas do conhecimento e o aluno precisa ser levado a compreender esse fenômeno. Nesse sentido a literatura pode ser vista como eixo condutor numa proposta interdisciplinar. Por isso, é necessário compreender que os textos literários dialogam com fatores sociais, históricos, filosóficos e políticos e, portanto, não podem ser tratados em sala de aula como um fenômeno que desconsidera qualquer intervenção por parte dos leitores.

William Roberto Cereja (2005, p.55) afirma que a prática de ensino envolve um conjunto de valores (ideologia) e de ações cotidianas, que traduzem em posturas e procedimentos, tais como a definição ou negociação de sentidos na abordagem do texto literário, a finalidade e as propostas de leitura extraclasse, as formas de avaliação, as relações do texto com outras áreas do conhecimento e com outros códigos e linguagens, etc.

Cereja em sua obra “Ensino de Literatura: uma proposta dialógica para o trabalho com Literatura” (2005) aponta para a necessidade de se repensar o ensino de Literatura no Ensino Médio, contudo não invalida uma adaptação da proposta para o Ensino Fundamental, visto que, o indivíduo desde a tenra idade deve entrar em contato com a literatura, quanto mais cedo melhor.

O autor (CEREJA, 2005, p.164) discorda em sua obra sobre a abordagem historiográfica, apesar de ser o caminho mais curto para trabalhar com Literatura. Ele acredita que não é uma ferramenta útil para a construção de uma visão diacrônica da literatura, apesar de ser uma proposta com mais chance de ser aceita pelos professores da atualidade, uma vez que não despreza a formação desses profissionais, nem suas experiências com a abordagem histórica da literatura; ao contrário, aproveita-as e redireciona-as, pondo-as a serviço de outros objetos de ensino, entre os quais se destaca a formação de leitores de textos literários.

As práticas de leitura tão debatidas neste trabalho, de acordo com as ideias de Cereja, também são negligenciadas na academia. Não há uma preocupação quanto à formação do professor em que ele se torne um leitor, afinal ele vai formar leitores, pelo menos esse é o maior foco da escolarização básica. Sendo assim, o professor deve ser um estudioso constante, e essa consciência precisa ser plantada desde o início de sua formação.

Não é preciso esperar chegar ao Ensino Médio para se desenvolver esse tipo de trabalho, ao contrário, os alunos do Ensino Fundamental, de forma contundente, devem ser apresentados à leitura e crítica literária, claro que, com adaptações próprias aos interesses e faixa etária dos alunos e principalmente, ser apresentados à leitura literária.

Cereja (2005, p.165) aponta para a viabilidade de uma proposta para a história da literatura aberta tanto para elementos externos do texto – contexto histórico – social e cultural, relações com outras artes e linguagens, grupos de escritores, estilo de época, público leitor, etc. como internos – as relações dialógicas presentes na “grande temporalidade”.

O autor enumera possibilidades de trabalhos que podem ser desenvolvidos na escola através da literatura, numa perspectiva dialógica, onde os textos – um deles pode ser tomado como ponto de partida para o estabelecimento de movimentos de leitura diacrônicos (para trás

e para frente na linha do tempo) e sincrônicos (que aproximassem autores de diferentes épocas, mas com projetos estéticos semelhantes); ou, ainda, um texto que permita cruzamentos com textos contemporâneos a ele.

Pelas propostas apresentadas na obra de Cereja, o texto literário deve ser o principal objeto de estudo nas aulas de literatura, e não um discurso sobre a história da literatura. É preciso levar em conta que conhecimentos de diferentes áreas afins – história, sociologia, psicologia, história da arte – entre elas a história da literatura, podem ser ferramentas úteis para lidar com a complexidade do mundo contemporâneo. Para isso, é preciso apostar numa perspectiva dialógica como meio de orientar as ações pedagógicas no âmbito escolar.

O que está em evidência numa proposta dialógica, seja qual for o método de estudo é a perspectiva de formação de um cidadão crítico, reflexivo, politizado, consciente do papel que desempenha na sociedade. Para tanto, é primordial que os professores de todas as áreas do conhecimento estabeleçam critérios para o trabalho com a literatura, discutindo, inclusive, do ponto de vista teórico, para a mudança acontecer efetivamente nas práticas pedagógicas vigentes no âmbito escolar.

Segundo Cereja, ensinar literatura não pode ser apenas elencar uma série de textos ou autores e classificá-los num determinado período literário, mas sim revelar para o aluno o caráter atemporal, como também, a função simbólica e social da obra literária, através da atividade de leitura diária. O texto é o elemento de maior importância para o ensino-aprendizagem, ele é o responsável pela formação intelectual, cultural, social, artística e ideológica do indivíduo. Quanto a esse pensamento, o autor afirma que:

Os embates entre as diferentes linhas da crítica e da historiografia literárias, embora distantes das práticas de ensino da maioria dos professores de língua Portuguesa, podem ser tomados como referência ou pano de fundo para a nova proposta. Não se trata nem de desenvolver uma sociologia da literatura, superestimando-se as relações do objeto com o contexto social, nem de uma abordagem puramente estética desse objeto, desprezando-se suas relações com a situação de produção. Trata-se de uma perspectiva, como propôs Antonio Candido, que procura não supervalorizar nem os elementos internos nem os elementos externos da obra de arte, mas olhar para a relação existente entre eles. (CEREJA, 2005, p.199)

A escola deve repensar o estudo da literatura, partindo do pressuposto de que só uma perspectiva, ao mesmo tempo diacrônica e sincrônica, como propõe Cereja, é capaz de dar ao texto literário um verdadeiro sentido de historicidade, de vida, através das relações que a literatura estabelece com o seu tempo e dos diálogos que ela trava consigo mesma.

O presente trabalho elege o texto literário, especificamente, o romance como objeto central para as práticas de leitura na sala de aula, por acreditar que a ficção é imprescindível à compreensão do mundo real, através das diversas vertentes apresentadas pelos personagens e pelas construções narrativas que abordam problemáticas sociais. A literatura ocupa lugar de destaque na linguagem pois é responsável por inserir o indivíduo no mundo da escrita. Abordado a partir dessa perspectiva, o texto literário deixa de ser algo ultrapassado, enfadonho, chato para transformar-se em um desafio, em conhecimento significativo, que faz o aluno compreender melhor o mundo em que vive de forma dinâmica e prazerosa.

## 2.3 CAPÍTULO III - AS CONTRIBUIÇÕES DA LITERATURA NA ÁREA DE HISTÓRIA

Antes de tratar de literatura na história é preciso definir o papel social da literatura – como ela influencia a sociedade e como está impregnada pelos contextos sociais no seu interior. A literatura, antes de qualquer coisa, é uma forma de conhecer mais de perto conteúdos sociais, políticos, filosóficos, econômicos de uma determinada época. Nesse contexto, pode-se considerar a literatura um espelho da sociedade.

Neste trabalho, a literatura é abordada como instrumento que possibilita ao indivíduo entrar em contato com diferentes representações da realidade em diferentes épocas, o que faz com que o indivíduo se reconheça na obra através de personagens ou mesmo passe a perceber novas possibilidades de transformação de sua própria realidade, por conta disso, ela é tão necessária e atual.

Uma das expressivas características da Literatura é o processo de intertextualidade, por conta dos diálogos que ela trava consigo mesma e com outras obras, já que todo texto é um recorte de outros textos. Nesse sentido, não apresenta uma verdade única, é polifônica, pois pode abordar diferentes temas sob diferentes enfoques.

Perceber o poder literário de denunciar, criticar ou até mesmo reconhecer uma época ou costumes através dos textos, requer uma leitura nas entrelinhas, a construção e reconstrução dos implícitos, o reconhecimento da sociedade na obra. Para perceber os diálogos intertextuais presentes na obra, é preciso maturidade, que o aluno adquire com muito estudo, perspicácia que se dá, a longo prazo, após muita experiência literária e um convívio intenso com os textos.

Aqui, deseja-se apresentar a literatura não como um produto do meio, mas como um fenômeno, como qualquer outro fenômeno social, influenciado pelo meio. Toda obra literária é, na verdade, recriação de outras obras, ainda que de forma inconsciente, isso porque as crenças e preconceitos vigentes são levados para as obras, portanto não existe uma avaliação de uma obra sem levar em conta seus pormenores, uma vez que há uma carga de valores impregnados tanto no autor, como no público que lê a obra.

Na sua obra *Literatura e sociedade*, Antonio Candido defende a ideia de que literatura e sociedade estão imbricadas. O fator social é imprescindível para explicar a estrutura da obra e o seu teor de ideias, isso fornece elementos para determinar a sua validade e o seu efeito sobre nós. Para ele a arte é social em dois sentidos: depende da

ação de fatores do meio, que se exprimem na obra em graus diversos de sublimação e produz sobre os indivíduos um efeito prático, modificando a sua conduta e concepção de mundo ou reforçando neles o sentimento de valores sociais.

Antonio Candido aponta que todo processo de comunicação pressupõe um comunicante, no caso o artista; um comunicado, ou seja, a obra: um comunicando, que é o público a que se dirige; graças a isso se define o quarto elemento do processo, isto é, o seu efeito.

Nesse sentido, a Literatura apresenta uma forma singular de reconhecimento, é composta por juízos de valor que se deslocam historicamente, e estão relacionados às ideologias vigentes em cada época e espaço. Eles também se relacionam ao gosto pessoal e ao poder exercido por determinados grupos sobre outros, na sociedade.

Segundo Candido (2006, p.33) a atividade do artista estimula a diferenciação de grupos; a criação de obras modifica os recursos de comunicação expressiva; as obras delimitam e organizam o público. A partir dessa dupla perspectiva, é possível perceber o movimento dialógico que engloba arte e sociedade num vasto sistema solidário de influências recíprocas.

Dessa forma, fica clara a estreita relação entre História e Literatura, ambas se complementam, mesmo sendo ficção, não deixa de ser real. O valor histórico da literatura é imensurável, visto que, muitas vezes, é através dela que se processa o conhecimento.

A literatura, pelo seu poder de influência, pode representar, mediar e até mesmo levar o seu leitor a fazer uma reflexão sobre o meio que o cerca. Segundo Roseana Nunes, no artigo “A Literatura- um espelho da sociedade”, um povo que é capaz de desenvolver-se literariamente, a partir da escritura, da leitura e da interpretação de seus problemas, de suas necessidades e até de sua realidade é capaz de progredir, dentro de suas limitações, muito mais que um povo que não detém essa visão, ou essa oportunidade.

Numa abordagem dialógica, tanto o indivíduo, quanto o coletivo exercem influência sobre uma obra literária. O individual é quando a obra é aceita ou rejeitada por um admirador ou crítico desse escritor, do seu jeito de escrever ou mesmo da própria obra, é o gosto pessoal que prevalece nesse momento, e como o individual também alcança o coletivo, pois uma pessoa pode influenciar outras e dessa forma, expandir o conhecimento e a adesão à determinada arte, é o coletivo influenciando a criação.

Ao abordar a aproximação entre o individual e o coletivo e sua influência no processo criativo, Candido afirma que:

Os elementos individuais adquirem significado social na medida em que as pessoas correspondem a necessidades coletivas; e estas, agindo , permitem por sua vez que os indivíduos possam exprimir-se, encontrando repercussão no grupo. As relações entre o artista e o grupo se pautam por esta circunstância e podem ser esquematizadas do seguinte modo: em primeiro lugar ,há necessidade de um agente individual que tome a si a tarefa de criar ou apresentar a obra, em segundo lugar, ele é ou não reconhecido como criador ou intérprete pela sociedade, e o destino da obra está ligado a essa circunstância; em terceiro lugar, ele utiliza a obra, assim marcada pela sociedade, como veículo das suas aspirações individuais mais profundas (CANDIDO, 2006,P.34).

A análise de obras literárias, mais especificamente, o romance requer cuidados para que não se deixe de considerar aspectos relevantes como, por exemplo, o contexto histórico que está determinado no seu interior através do conteúdo, de extrema relevância para o entendimento da obra . Segundo Esequiel Gomes e Marcos Rogério Cordeiro em seu artigo *Literatura e Sociedade: problemas de teoria e método* (2005, p.299) apontam que “ao se fazer uma análise estrutural de uma obra de arte é preciso levar em consideração dois pontos essenciais: forma e conteúdo.

A forma se configura como a espinha dorsal da estrutura da ficção, responsável por moldar a realidade ao mesmo tempo em que é influenciada por ela, sendo impossível dissociá-la do conteúdo, pois, entre eles há uma relação de interdependência. Separando-os, corre-se o risco de prejudicar a compreensão da obra em sua totalidade”

Os conteúdos das obras não se constituem em conteúdos reais, eles representam uma imagem da realidade vista sob a perspectiva do artista, que é influenciado pela sociedade. Portanto, apreciar uma obra de arte significa analisar o contexto em que a obra foi estruturada, que por sua vez retoma uma estrutura social, definindo o movimento da sociedade.

Antonio Candido (2006, p.39) afirma que a obra depende estritamente do artista e das condições sociais que determinam a sua posição. Mas analisa que, numa sociedade mais moderna o público torna-se um elemento primordial na estruturação da obra, por ser elemento receptivo que o artista tem em mente ao criar, e que decide o destino da obra, ao interessar-se por ela e nela fixar sua atenção.

Na sociedade contemporânea, as diferentes formas de arte são apreciadas por vários públicos que se coadunam de acordo com os gostos. Esses grupos tendem a crescer e se expandir ou migrar, à medida que a complexidade social aumenta. Tais grupos costumam exercer grande influência sobre o artista, através da aceitação ou rejeição da obra de arte. Desse modo, o público é um elo fundamental entre o autor e sua obra.

Candido (2006, p.47) apresenta a tríade: obra, autor e público como indissolúveis, uma vez que o público dá sentido e realidade à obra, e sem ele o autor não se realiza, pois ele é, de certo modo, o espelho que reflete a sua imagem enquanto criador. Deste modo, o público é fator de ligação entre o autor e a sua própria arte. Para justificar essa tríade ele comenta que:

Considerada em si, a função social independe da vontade ou da consciência dos autores e consumidores da Literatura. Decorre da própria natureza da obra, da sua inserção no universo de valores culturais e do seu caráter de expressão, coroada pela comunicação. Mas quase sempre, tanto os artistas quanto o público estabelecem certos desígnios conscientes, que passam a formar uma das camadas de significado da obra. O artista quer atingir determinado fim; o auditor ou leitor deseja que ele lhe mostre determinado aspecto da realidade. Todo este lado voluntário da criação e da recepção da obra concorre para uma função específica, menos importante que as outras duas e frequentemente englobadas nelas, e que se poderia chamar de função ideológica, - tomando o termo no sentido amplo de um desígnio consciente, que pode ser formulado como ideia, mas que muitas vezes é uma ilusão do autor, desmentida pela estrutura objetiva do que ele escreveu. (CANDIDO, 2006, p.54)

Vista sob tal perspectiva, a arte literária tem um caráter social, na medida em que tem a função de expressar artisticamente conflitos que permeiam a sociedade, contudo, não se responsabiliza pela resolução de tais conflitos. O artista encontra no meio social situações cotidianas que ele organiza no interior da obra, para externalizar comportamentos que foram construídos socialmente.

Pelo fato de o texto literário representar social e culturalmente as sociedades, é que este trabalho sugere o estudo do mesmo como fonte histórica nas aulas de História, uma vez que a literatura hoje é legitimada como fonte a ser introduzido no estudo de fatos históricos, o que permitiria novas versões acerca de um mesmo fato, porque a Literatura oportuniza maior liberdade de pensamento e criação.

Pensar no ensino de História é pensar, sobretudo, no ensino de valores como: liberdade, democracia, igualdade, respeito às diferenças. São temas que podem ser

introduzidos nas aulas de História sem que o professor fique preso à didatização de conteúdos programáticos pré- estabelecidos, que seguem uma linearidade de fatos, o que em nada contribui para a compreensão do mundo e o estabelecimento das relações entre passado, presente e futuro.

A inserção do estudo de textos literários para analisar fatos históricos é uma forma eficaz de tornar o ensino de História mais interessante, prazeroso e significativo, permitindo a produção do conhecimento histórico em sala de aula, e não através da imposição. A educação é responsável pela formação política e histórica do cidadão, por conta disso, é essencial que a escola promova a apropriação da cultura, imprescindível para o desenvolvimento histórico.

A obra literária propicia maior integração entre o leitor e a história, pois em muitos casos, há mais informações na Literatura sobre o modo de viver e de pensar do que nos livros de História. Além disso, a relação história-literatura contribui para que os alunos percebam melhor o sentido da literatura na sociedade, compreendendo que ela exerce uma função política, é um marco das relações histórico-sociais de uma determinada sociedade. Para corroborar com essa ideia, Ruiz afirma que:

Os textos literários podem nos fornecer, assim, uma, não toda, explicação acerca de uma determinada realidade histórica. O modelo narrativo constitui assim, um dos modelos que devemos procurar, diante dos desafios que surgem neste século XXI. Pois o modelo narrativo contempla as duas condições necessárias já apontadas por Hartog: o ponto de vista do narrador e uma abordagem e uma abordagem comparativa. E é a Literatura Universal que dá acesso a tais premissas básicas, pois o narrador, pelo fato de narrar, posiciona-se a partir de um ponto de vista, que fica explícito na própria narrativa.(RUIZ, 2010, p.91).

Para que a proposta aqui apresentada tenha validade, o professor de História precisa ter um conhecimento sobre obras literárias, que possa ajudá-lo no desenvolvimento dos conteúdos , assim como, o professor de literatura precisa ter conhecimento de História para que as análises das obras literárias cumpram com os objetivos propostos.

Isso pode, de certa forma, constituir-se num empecilho para o desenvolvimento do trabalho, primeiro porque o sistema educacional ainda apresenta a divisão especializada das disciplinas, depois pela série de obstáculos que vão se consolidando no planejamento

das práticas pedagógicas na escola, como, falta de tempo, acúmulo de vínculos, turmas numerosas e falta de estrutura física da escola.

A proposta é a formação de parcerias entre os iguais e os diferentes no momento da produção do planejamento ou da construção do PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola, pois são momentos em que os professores, em sua maioria, reúnem-se para traçar plano do bimestre ou em momentos estratégicos de encontro na escola. As obras podem ser definidas pelos professores, rodas de leitura podem ser promovidas pelo professor de português por conta de uma maior carga horária, as discussões podem acontecer nas aulas de cada professor, a partir do objetivo traçado por cada envolvido no processo.

É certo que a literatura tem muito a dizer sobre a sociedade, pelo fato de ser uma representação da mesma, isso significa que, costumes pensamentos vigentes, pormenores do cotidiano, conceitos e valores estão presentes nas obras literárias. Os historiadores já perceberam e legitimaram a literatura enquanto documento. Isso possibilita ao aluno agir como historiador através da investigação do passado em obras literárias.

Antonio Candido (2006) faz uma análise minuciosa da sociedade brasileira, em diferentes épocas, através de diferentes romances ou marcando a presença de determinados autores em obras literárias. Ele desnuda a construção da literatura brasileira a partir da preocupação dos artistas em consolidar uma independência literária e, ao mesmo tempo, em defender uma independência política. A partir de suas análises literárias, ele confirma que:

O processo descrito parece confirmar a hipótese inicial: na formação de uma consciência literária de autonomia, eclodia com o Romantismo, O Caramuru, que teve então o seu grande momento, desempenhou uma função importante, graças ao caráter de paradigma, ressaltados pelos referidos escritores franceses. Isto foi possível, em grande parte, por causa da natureza ambígua do poema, tanto na estrutura quanto na configuração do protagonista. Daí terem podido os precursores franceses e os primeiros românticos brasileiros operar nele uma dupla distorção, ideológica e estética. (CANDIDO, 2006, p.197)

Vale salientar que o estudo de obras literárias na disciplina de História é mais um instrumento a ser utilizado pelo professor, com o objetivo de proporcionar ao aluno o letramento, desenvolver habilidades de leitura, escrita e interpretação, além de exercitar a crítica e a construção argumentativa. Não faz parte desta proposta abandonar o texto científico e passar a ministrar o ensino de História apenas através da ficção, até porque a produção do conhecimento não pode estar limitada a uma única forma.

Na sociedade contemporânea, História e Literatura se aproximaram mais, por conta dos diversos estudos da linguagem, os quais mostram a linguagem como um fenômeno vulnerável, o que prova que o texto científico não se constitui numa verdade, a linguagem que o constitui é tão frágil quanto à da ficção, pois ambas estão impregnadas pelas representações sociais e culturais, isso fez com que linguagem literária e histórica estreitassem relações.

O desenvolvimento de uma aprendizagem histórica depende de uma leitura contextualizada do passado, através de diversificadas fontes históricas que darão respostas às indagações de professores e alunos, cujo objetivo é estabelecer um diálogo entre presente e passado, para que os alunos percebam como os historiadores produziram conhecimento sobre fatos ocorridos no passado, mas que estão representados no presente. Todo esse aprendizado requer pesquisa, debate e formação do espírito crítico e inventivo.

A literatura constitui-se uma fonte privilegiada, pelo fato de proporcionar ao estudioso, diversas leituras acerca do universo mental de homens e mulheres ao longo do tempo. Isso graças à riqueza de sentidos na construção do mundo fictício, carregado de valores sociais, culturais e experiências de homens e mulheres no tempo.

Desenvolver a produção do conhecimento histórico na escola requer um diálogo constante com variadas fontes, uma delas é a literatura, que possibilita a análise de mudanças e permanências das sociedades ao longo do tempo, como também dá ao historiador a condição de ler nas entrelinhas o não dito em outros documentos históricos, o que aponta para um trabalho interdisciplinar.

As práticas pedagógicas precisam ser atualizadas constantemente, para atender as problemáticas do mundo moderno, e para isso, a diversificação de fontes no ensino de História faz-se necessário para que o aluno perceba a ligação entre os saberes escolares e a vida cotidiana. Portanto, é preciso que o professor de História, juntamente com outros professores, encare a dinamização das práticas educativas como algo imprescindível e passe a utilizar com mais frequência o texto literário como forma de problematizar a história em sala de aula.

Tal problematização suscita do educador mobilizar conteúdos que não apresentam caráter estático, requer estabelecer relações com outros conteúdos e outras áreas do conhecimento para que o aluno possa identificar rupturas e continuidades no movimento histórico, e principalmente, possa sentir-se sujeito da própria história.

Até os dias atuais ainda não se encontra uma linearidade ou um trabalho contínuo em relação à abordagem da literatura na educação básica. Existe um grande abismo entre o ensino fundamental e o ensino médio. No entanto, a literatura é uma das mais nobres formas de linguagem que muito tem a contribuir na formação de um sujeito crítico e reflexivo, capaz de perceber o outro, aguçar emoções, além de penetrar na complexidade do mundo moderno.

Nesse contexto, o livro didático (LD) ainda é o principal instrumento pedagógico utilizado para o cumprimento da escolarização em qualquer instância da vida escolar do indivíduo, desde a educação infantil à universidade, deste modo, não se pode negar sua importância. Para muitos alunos, tendo em vista que o LD é uma ferramenta indispensável na escola, foram escolhidos três livros de História do 9º ano, de autores diferentes, todos atuais, para uma investigação sobre quais gêneros literários são encontrados nesses livros, a forma como são abordados e as relações estabelecidas entre os textos literários e os conteúdos da disciplina apontados por cada livro.

O *Projeto Araribá* – História da editora Moderna, 2010 não apresenta um autor específico, apenas a organizadora Maria Raquel Apolinário. O LD1 está dividido em 08 unidades, cada unidade traz uma diversidade de temas que correspondem a uma ordem cronológica de conteúdos, que vão desde a “Era do imperialismo” à “Nova ordem mundial”.

Cada unidade varia na apresentação de 05 a 07 temas, encadeados entre si pela linha do tempo da história, há um investimento no interior de cada unidade em obras de arte, principalmente a pintura. O livro é extremamente colorido, com fotografias, mapas e telas, o que atrai o aluno pelo visual. Em cada final de tema estudado surgem atividades, em sua maioria curtas e que se dividem em: organização do conhecimento, análise, interprete e opine e debate.

O LD apresenta uma sessão intitulada “Em foco” que apresenta temas atuais que aproximam passado e presente e em alguns momentos propõe atividades em grupo que apontam para a produção textual, a partir de textos motivadores como: cordel, manifesto, monografia e painel. Há um enfoque muito grande na sugestão de filmes que se relacionam ao tema em estudo, mas apenas como indicação.

A seção, “Compreender um texto” apresenta uma diversidade de textos, inclusive literários como: poemas e crônicas, e as atividades relacionadas objetivam exercitar a

habilidade de extrair informações de um texto, estabelecer relações com o conhecimento aprendido, debater ideias e elaborar conclusões.

É notório que o LD analisado apresenta uma grande preocupação em adequar-se às novas exigências do ensino de História, estabelecendo relações entre fontes históricas variadas, inclusive focando o texto literário como fonte, ainda que de maneira muito esporádica. Na sessão “Vocabulário em contexto”, os conteúdos apresentados em forma de temas são revistos através de charges, letras de música, tirinhas, poemas, e outros mais. Contudo, essa seção só aparece no final do livro como um apêndice, o que leva a entender que os textos literários não têm um lugar de destaque, nem estão inseridos no trabalho do livro como um todo.

Vale salientar também que, pela quantidade de conteúdos apontados e a quantidade de aulas destinadas semanalmente à área de História, é praticamente impossível que o professor tenha tempo de abordar todos, o que leva a crer que as seções mais sugestivas não vão ser trabalhadas porque demanda tempo e mediação mais efetiva do professor.

Não trataremos aqui a respeito das atividades desenvolvidas pelo LD a partir dos textos literários apresentados, porque é uma nova problemática. O referido trabalho pretende analisar o lugar do texto literário no manual de História no Ensino Fundamental.

O LD *História nos dias de Hoje*, dos autores Flávio de Campos, Regina Claro e Miriam Dolhnikoff, também para 9º ano do ensino fundamental, ano 2012. O livro é composto por 17 capítulos, cada capítulo traz um tópico a ser estudado, que apresenta diversas sessões com atividades diferenciadas.

A abertura de cada unidade é intitulada “Jogo aberto” que apresenta imagens e algumas questões como forma de verificar os conhecimentos prévios do aluno, depois é introduzido o assunto em si, com várias páginas sobre o conteúdo. No final da unidade surgem algumas atividades complementares como “Bate-bola” que destacam imagens com algumas perguntas que levantam questões polêmicas ou estabelece alguma relação com o presente.

“Quadros complementares” é outra seção que sugere o trabalho com textos como: imagens, mapas ou gráficos para inserir novas informações e relações com os conteúdos do capítulo. “Olho no Lance” apresenta uma imagem ou um conjunto delas para ajudar o aluno a desenvolver habilidade de interpretação de documentos visuais, onde, às vezes, é sugerido ao aluno que use sua criatividade na produção de um desenho.

Em “Leitura complementar” encontram-se alguns textos literários e não-literários para ampliação dos conhecimentos do aluno sobre o assunto abordado. Nessa seção, alguns textos como depoimentos ou trechos de filmes aparecem com algumas questões a serem respondidas, mas apenas fragmentos, em nenhum momento aparece o texto na íntegra. Logo após, aparece “Salto triplo” que é a indicação de filmes, livros e sites para o professor aprofundar o ensino dos temas desenvolvidos no capítulo.

O visual do LD2 chama a atenção pela quantidade de imagens que permeiam os capítulos, e aparece como base para qualquer discussão ou análise, talvez porque o aluno se sente atraído por ela. A quantidade de informações com relação ao conteúdo de cada unidade é bastante extensa e quanto aos demais textos e sessões que se configuram periféricos ao texto-base, ocupam pouco espaço e estão localizados no final de cada unidade.

Apesar de o LD2 apresentar em sua proposta um trabalho dinâmico, voltado para a leitura crítica da História, é perceptível que a maior preocupação é o texto científico, pela quantidade de páginas que ocupa, em detrimento dos demais textos e atividades de interação, pesquisa, debate e construção argumentativa que ocupam o mínimo de páginas possíveis, demonstrando que a Literatura ainda não ocupa lugar de destaque nos livros didáticos de História.

O LD *História e vida integrada*, de Nelson Piletti, Claudino Piletti e Thiago Tremonte, ano 2010, 9º ano é composto por 25 capítulos, distribuídos em seis unidades, cada unidade apresenta uma abertura com um texto e imagens, que têm o objetivo de antecipar o tema principal estudado. A abertura do capítulo é constituída por um texto, uma ou mais imagens e uma seção de atividades intitulada “Radar – localizando e conversando”. Lado a lado ao texto-base, encontram-se “Boxes” que ajudam a ampliar e aprofundar os temas estudados e estão inseridos no texto principal, numa grande diversidade, e acompanhados de imagens com legendas explicativas.

As propostas de atividades dividem-se em: “Discutindo a História” que ressalta temas ligados ao assunto do capítulo, “Janelas da História”, que propõe a análise de um documento (texto do historiador, reportagem, poema, etc.) a fim de aprofundar um dos temas em estudo. Já no boxe “A História em cena”, amplia o conhecimento da sociedade ou do período estudado identificando o conteúdo da imagem apresentada, pesquisando o contexto e as condições em que ela foi criada, conhecendo seu autor e o público a que se destina.

A segunda parte dos capítulos é constituída por atividades, divididas em três seções: “Estudar e organizar” apresenta questões que trabalham as informações por meio de associações de ideias, de resumos, pesquisas, elaboração de quadros e mapas. “Leitura e reflexão” dá ao aluno a oportunidade de ser um historiador, o mesmo deverá analisar e interpretar fontes como um texto literário, um documento oficial ou uma reportagem. “Concluir e aprender” propõe a elaboração de linhas do tempo, textos ,quadros comparativos ou pesquisas para revisar, sintetizar e discutir o que aprendeu no capítulo.

O LD3 apresenta uma organização interessante, pois os textos complementares, boxes e atividades interativas são encontrados ao longo do texto-base, como parte integrada e não dissociada e localizada no final do capítulo. O texto-base não é tão extenso e apresenta, sempre na abertura do capítulo, questionamentos que suscitam do aluno seus conhecimentos prévios acerca do assunto.

Poucos textos literários são encontrados nesse LD, raros trechos de contos, nenhum poema ou trecho de romance. As indicações de filmes aparecem no final de alguns capítulos, mas não há sugestão de atividades que possam ser desenvolvidas a partir deles.

As análises feitas nos livros de História não têm a pretensão de invalidar o trabalho desenvolvido pelos manuais, apenas detectar a presença dos textos literários e a importância dispensada aos mesmos. É possível concluir, com essa análise, que o texto científico ainda é o centro do letramento histórico, acompanhado de outros textos como tirinhas, pinturas, charges e esporadicamente o texto literário. Isso mostra que ainda é preciso avançar muito no sentido de dar ao texto literário sua real importância.

Apesar de os livros didáticos ainda estarem distante do ideal, a forma como alguns se organizam, propiciam um trabalho dinâmico, se o professor entender que pode usar o LD de maneira que ele possa proporcionar ao aluno uma diversidade de textos e atividades instigantes, selecionando aquilo que o manual traz a seu favor, sem ter que utilizá-lo numa sequência linear.

O ideal é que ele seja explorado, que o texto-base não seja o único viés do letramento histórico, as seções abordadas sejam de fato trabalhadas para que o aluno tenha um maior contato com a leitura literária, ou mesmo que ele parta da literatura para chegar ao conhecimento histórico.

Os PCNs do ensino fundamental de História, sinalizam uma nova visão de trabalho para disciplina, privilegiando a construção de um sujeito consciente e atuante na

comunidade local e global da qual faz parte, para tanto, o documento aponta para a necessidade de a escola repensar os métodos para a problematização da sociedade como instrumento de escolarização da História. Segundo os PCNs:

Nas últimas décadas, por diferentes razões, nota-se uma crescente preocupação dos professores do ensino fundamental em acompanhar e participar do debate historiográfico, criando aproximações entre o conhecimento histórico e o saber histórico escolar. Reconhece-se que o conhecimento científico tem seus objetivos sociais e é reelaborado, de diversas maneiras, para o conjunto da sociedade. Na escola, ele adquire, ainda, uma relevância específica quando é recriado para fins didáticos (PCN de História, 1998, p.30)

Encontra-se também nos PCNs de História referência, em diversos momentos, à parceria entre História e outras áreas do conhecimento, inclusive Literatura, na problematização e resolução dos conflitos sociais contemporâneos, pois a História sozinha não abarca a complexidade tanto dos problemas coletivos, quanto dos individuais, inerentes aos homens e mulheres que compõem a sociedade:

Essa diversidade de temas e abordagens tem sido alimentada e fundamentada pelo diálogo da História com outras áreas de conhecimento das Ciências Humanas a Filosofia, a Economia, a Política, a Geografia, a Sociologia, a Psicologia, a Antropologia, a Arqueologia, a Crítica Literária, a Lingüística e a Arte. Em diferentes momentos do século XX é possível identificar a convergência de abordagens e temáticas entre as diferentes humanidades, ora predominando estudos histórico-sociais, histórico-geográficos, histórico culturais, histórico-políticos, histórico-econômicos, histórico-literários, ora existindo a procura de uma história total. Nesse diálogo, diferentes campos das Ciências Humanas introduziram, também, preocupações próprias da História, como no caso da valorização do estudo das transformações das culturas, das significações e dos valores no tempo. (PCNs de História, 1998, p.32)

É importante que a escola proponha ao corpo docente um estudo mais aprofundado dos PCNs, para validar a nova perspectiva de ensino de História, visto que o documento é atual e já apresenta as mudanças ocorridas nas metodologias de ensino de História, apontando caminhos para uma nova abordagem nas práticas educativas.

O documento faz alusão ao texto literário, enquanto documento histórico, além de apontar as diferentes linguagens como leituras necessárias, por serem uma representação da realidade e na nova visão do ensino de História, toda linguagem científica ou literária

tem muito a contribuir com a compreensão da conjuntura social ao qual o texto pertence. Para tanto o documento destaca que:

A aproximação da História com as demais Ciências Humanas conduziu aos estudos de povos de todos os continentes, redimensionando o papel histórico das populações não europeias. Orientou estudos sobre a diversidade de vivências culturais, estimulou a preocupação com as diferentes linguagens. A investigação histórica passou a considerar a importância da utilização de outras fontes documentais e da distinção entre a realidade e a representação da realidade expressa nas gravuras, desenhos, gráficos, mapas, pinturas, esculturas, fotografias, filmes e discursos orais e escritos. Aperfeiçoou, então, métodos para extrair informações de diferentes naturezas dos vários registros humanos já produzidos, reconhecendo que a comunicação entre os homens, além de escrita, é oral, gestual, figurada, musical e rítmica. (PCN de História, 1998, p.32)

No texto do documento, encontra-se referência ao trabalho articulado por eixos temáticos, o que retoma a interdisciplinaridade, pois através desses eixos as práticas educativas valorizam a integração de diversas áreas do conhecimento na compreensão das problemáticas sociais atuais, e que, muitas vezes, requer que os alunos conheçam o passado histórico para estabelecer relações com o presente, além de proporcionar a construção do conhecimento através de comparações, contradições ou refutações.

Além de atrelar os conteúdos a eixos temáticos, os PCNs de História reafirmam a importância de desenvolver práticas relacionadas aos temas transversais, numa tentativa de tornar o ensino de história significativo e relevante para o exercício da cidadania.

Atrelar o ensino de História aos temas transversais exige do professor uma postura interdisciplinar, para estabelecer relações entre fatos históricos, suas permanências e transformações ao longo do tempo e apropriar-se de metodologias diversas para que o aluno compreenda que os fatos não acontecem de maneira isolada e alheia ao processo de intervenção dos sujeitos sociais, independente de raça, cor, escolaridade ou nível econômico.

Os PCNs deixam bem claro que a seleção dos conteúdos é uma opção que o professor tem, levando em conta aspectos como: domínio de fatos históricos pelos alunos, ou seja, seus conhecimentos prévios sobre determinadas polêmicas da sociedade na qual ele está inserido, o que o professor considera relevante para ser ensinado e que de certa forma influenciará na formação histórica, social e intelectual dos estudantes e por último a inserção das problemáticas locais e globais.

Sendo assim, não justifica que o professor se apegue ao livro didático como o único instrumento e passe a usá-lo como uma proposta obrigatória para cumprir a lista de conteúdos determinada pelo currículo. O referido documento aponta para a necessidade de o professor estar munido de várias metodologias, com o intuito de diagnosticar e intervir no processo de ensino aprendizagem. Isso exige uma postura interdisciplinar por parte do professor. Deste modo, os PCNs afirmam que:

Como sistemática permanente da ação educativa é importante que os professores realizem diagnósticos sobre como os alunos estão compreendendo os temas de estudo e identifiquem quais os procedimentos e atitudes que favorecem a compreensão dos temas em dimensões históricas. Nas situações de intervenção pedagógica, pode propor questionamentos, orientar pesquisas, confrontar versões históricas, desenvolver trabalhos com documentos, realizar visitas e/ou estudo do meio, fornecer novas informações complementares e/ou contraditórias, promover momentos de socialização e debates, selecionar materiais com explicações, opiniões e argumentos diferenciados e propor resumos coletivos. (PCNs de História, 1998, p.54)

Muitos livros didáticos já se adequam às novas exigências no ensino de História, como os analisados neste capítulo, apesar de ainda não apresentarem o texto literário como o texto-base, muitos já fazem a inserção dos mesmos no corpo do manual, por conta disso, a proposta de alguns livros didáticos é satisfatória quando traz a diversidade de documentos históricos e demonstra a preocupação com as novas práticas pedagógicas vigentes no atual contexto, às quais os PCNs tanto se referem.

Nenhum material didático poderá ser estimulante, sem antes passar pela avaliação do professor, visto que ele tem a competência de avaliar, escolher e utilizar aquele que melhor se adequa às necessidades dos alunos. Hoje, com a escolha do livro didático, o professor tem a oportunidade de escolher o manual que esteja de acordo com as inovações sofridas pelo ensino de História, ou pelo menos, apresente atividades estimulantes, que privilegiam o debate, análises, confrontos e principalmente, invistam em gêneros textuais diversificados, e de preferência, que contemplem textos literários.

No texto dos PCNs, há referência a essa necessidade de investir na diversidade para desenvolver a criticidade do aluno. No quarto ciclo, o texto revela:

Dando continuidade à proposta dos ciclos anteriores, são favorecidos os trabalhos com fontes documentais e com obras que contemplam conteúdos históricos. Podem ser desenvolvidas atividades de

levantamento e de organização de informações internas e externas às obras estudadas e de pesquisa acerca das histórias das técnicas, das estéticas e dos suportes de registro. O confronto de informações contidas em diversas fontes bibliográficas e documentais pode ser decisivo no processo de conquista da autonomia intelectual dos alunos. Pode favorecer situações para que expressem suas próprias compreensões e opiniões sobre os assuntos, investiguem outras possibilidades de explicação para os acontecimentos estudados, considerem a autoria das obras e seus contextos de produção, realizem entrevistas, levantamentos e organizações de dados, pesquisem em bibliotecas e museus e, além disso, observem, comparem e analisem espaços públicos e privados. (PCNs DE HISTÓRIA, 1998, p.65).

Com a proposta apresentada pelos PCNs e a análise feita dos livros didáticos, é possível perceber que o ensino de História precisa efetivar mudanças na sala de aula, pois no material didático, elas já se encontram, ainda que não de forma ideal, mas demonstra a necessidade de inovação.

É apostar na reformulação das práticas educativas, em um maior investimento na formação docente e principalmente, uma reestruturação no cotidiano da sala de aula. A formação de parcerias é imprescindível, o espaço das aulas-atividades para estudos e planejamentos, é o caminho para transformar a realidade das salas de aula.

A proposta deste trabalho é oferecer ao professor mais um material para suas aulas, além dos que ele já desenvolve, que é apresentar a leitura do romance como um documento histórico, não como um fim em si mesmo, mas como um caminho de construções, aonde a Literatura vai através de sua linguagem singular oportunizar aos alunos entrar em contato com sociedades diferentes, fictícias, mas carregadas pelas propriedades individuais e coletivas dos homens e mulheres que as formam.

### **3. PROPOSTA PRÁTICA: A LITERATURA E A HISTÓRIA**

Pensando a literatura como importante fonte para o conhecimento histórico, este capítulo visa apresentar, como proposta para o trabalho de letramento no ensino fundamental, a leitura de um romance como fonte histórica, numa análise dos pormenores, presentes no texto literário, para uma melhor aproximação do aluno com os fatos históricos, de forma dinâmica e prazerosa.

O gênero romance foi escolhido como instrumento de letramento histórico, pelo fato de apresentar um enredo com certa complexidade na construção de personagens e cenários.

É uma narrativa ficcional com linguagem específica e um gênero muito rico na exploração de acontecimentos históricos, devido ao fato de o autor ficcional se basear na intimidade da vida cotidiana, dialógica e social. Sendo assim, cabe ao romance narrar uma realidade do ponto de vista pessoal, peculiar e individual. É uma fonte pertinente ao estudo da sociedade de uma determinada época, conferindo-lhe a capacidade de ser utilizado como documento histórico.

O romancista não tem nenhuma obrigação com a apresentação fiel dos fatos, o que não quer dizer que a obra não apresente uma lógica. Tal lógica é interna e construída no enredo do romance, ainda que o autor exprima opiniões, exclua ou inclua acontecimentos. Isso ocorre porque a mais simples narrativa precisa apresentar um fundo de realidade para ser aceita pelo público ao qual se destina.

O romancista constrói a narrativa a partir da leitura individual que faz dos eventos, nesse sentido, a sua condição de sujeito social interfere na escrita, pois ele se constitui num produto social e isso é determinante na obra. O momento histórico e a posição do escritor na sociedade, são fatores que influenciam na produção escrita; por conseguinte, a obra se transforma em um elemento social.

Para Antonio Candido (1985), tal forma literária é de extrema utilidade prática, porque é um elemento eficaz na imaginação humana, pois envolve os leitores na vida moral, funcionando como uma espécie de vitrine do cotidiano ou das transformações do passado. Ele ensina como nenhum outro gênero o valor e a diversidade dos tipos sociais.

O historiador encontra no romance conteúdos que representam determinada época, através da forma como os personagens são apresentados, as temáticas e a construção da sociedade em evidência na narrativa. Para tanto, o romance constitui-se num objeto relevante

à pesquisa histórica, pelo fato de converter-se em informação ou conhecimento útil a quem deseja estudá-la.

Todo romance bem construído torna-se um romance histórico, pelo fato de proporcionar identidade entre personagem e leitor ou contexto e leitor. São narrativas que investem na pluralidade discursiva. O autor conta outra história que foi ignorada ou mesmo manipulada pela história oficial e dessa forma, amplia as possibilidades de leituras e a multiplicidade de sentidos, através da humanização dos personagens ou da exploração dos pormenores que compõem a trama.

As narrativas ficcionais apresentam uma engenhosa construção, na medida em que investem no fantástico, na ambiguidade, na distorção de fatos ou quando proporcionam a convivência entre personagens reais e fictícios para mostrar, não o que aconteceu realmente, mas o que poderia ter ocorrido. Desse modo, o romance histórico é um texto que utiliza na construção de seu discurso a própria História.

História e ficção se entrelaçam a partir do momento em que fatos e personagens históricos migram para o terreno da ficção e permitem, dessa maneira, que a história do continente se revele sob uma ótica particular – a do autor, para problematizar, questionar, avaliar, e, até mesmo, contradizer informações encontradas na História, numa tentativa de superar velhos conceitos que não mais abarcam as complexidades do presente.

Antonio Candido (2006, p.186) afirma que a Literatura é essencialmente uma reorganização do mundo em termos de arte; a tarefa do escritor de ficção é construir um sistema arbitrário de objetos, atos, ocorrências e sentimentos representados ficcionalmente, conforme um princípio de organização adequado à situação literária dada, que mantém a estrutura da obra.

Conhecer a História através dos romances requer uma investigação minuciosa da escrita, da recepção e da leitura crítica, pois a ficção não pode ser utilizada apenas como recurso informativo; isso significaria esvaziar os sentidos da obra enquanto representatividade de uma complexa realidade, que se descortina através das intenções do autor, sua biografia, o momento histórico, social e cultural da escrita, como também as instituições discursivas como tradições, valores e gêneros.

O que torna o romance um privilegiado documento para investigação histórica é a agregação de valores e repertórios oriundos da intimidade dos indivíduos como casamento, traição, amor, vingança, relação dos sexos, apontados como aspectos de relevância que não estão presentes em jornais ou livros de História. Nesse contexto, o romance não pode ser

considerado apenas como mera ficção, mas ele diferencia-se da historiografia pelo fato de poder inventar personagens e situações que dão margem à análise de comportamentos não avaliáveis na escrita da história.

Numa obra literária, quanto mais angústias, sonhos e pensamentos estiverem expressos, mais positiva será a aceitação da mesma pelo público, fazendo com que o autor torne-se uma espécie de porta-voz de um determinado grupo social. Nesse caso, o discurso do escritor passa a refletir um ideário coletivo.

O romance tem a capacidade, como nenhum outro gênero narrativo, de apresentar ao leitor não simplesmente os fatos, mas a reflexão do autor naquele exato momento da escrita, destacando que ele é um agente histórico e também produto do momento em que ele escreveu. Com isso, é possível perceber quais eram suas ideias naquele momento, como ele foi afetado pelos acontecimentos e de que forma ele deixa isso transparecer através da ação dos personagens.

Todo escritor possui uma liberdade de criação, o que lhe possibilita dar voz a qualquer indivíduo da sociedade, principalmente aos inconformados, ou seja, o autor utiliza sua escrita para denunciar normas ou revoltas da sociedade de seu tempo, evidenciando as tensões existentes na estrutura social, daí vem a afirmação de que a literatura é um produto artístico destinado a agradar ou comover, contudo apresenta indícios sobre o tempo em que foi produzida.

Obras literárias produzidas na mesma época apresentam dimensões históricas diferentes, isso porque as transformações sofridas nas sociedades, num determinado tempo, são registradas pelos escritores, de forma peculiar, visto que cada um possui suas ideologias, o que concerne diferentes posições diante dos acontecimentos.

Toda criação literária é considerada uma análise de referência a episódios históricos e que tem no seu enredo um elo comum com a sociedade. Isso confere ao romance o que se chama de verossimilhança, criada pelo escritor, que é o ponto de intersecção entre a história, a literatura e a sociedade, é ele quem vai catalisar os desejos e revoltas de uma determinada sociedade. É uma arte que instiga o leitor e por isso é transformadora.

O romance é um gênero literário fundamental no letramento histórico e literário dos alunos por todas as características outrora apresentadas e com uma construção capaz de prender a atenção de todos e proporcionar deleite, fruição e aquisição de conhecimentos históricos. A diferença é que de uma maneira lúdica.

O romance escolhido para desenvolver um trabalho com os conteúdos de História no 9º ano do ensino fundamental é *Viagens de Gulliver* do autor Jonathan Swift, considerado um clássico da Literatura Inglesa e, conseqüentemente, da Literatura Universal. Estudado e discutido em todo o mundo devido ao seu conteúdo e a engenhosa produção da narrativa fantástica, que tanto encanta jovens do mundo inteiro.

Tal obra descortina mundos construídos pelos homens, sob uma visão pessimista do narrador acerca da capacidade humana de gerir os próprios sonhos e anseios, evocando as relações de poder designadas pelos habitantes de determinadas comunidades. Regina Zilberman (2008) destaca que:

“Viagens de Gulliver” constitui-se num clássico pelo fato de apresentar em suas páginas, aventuras vividas pelo personagem através de diversas viagens. “A viagem é um dos temas que mais agrada ouvintes e leitores de histórias.” Walter Benjamim já chamou a atenção para o fato de que as pessoas apreciam muito ouvir o relato dos viajantes que vieram de longe e contam aventuras vividas em outros lugares. (ZILBERMAN 2008 apud BENJAMIM, 1985).

Como a autora afirma acima as viagens encantam o público adolescente, por esse motivo o romance *Viagens de Gulliver* foi escolhido como o propulsor desta proposta de intervenção numa turma de 9º ano. O romance realmente constitui-se numa viagem fantástica por diversos lugares prosaicos que chamam a atenção pela forma como o autor construiu cada cenário.

Este trabalho pretende fornecer, ao professor de história, mais uma possibilidade para desenvolver em sala de aula o gosto pela historicidade, através da alimentação da imaginação dos alunos, pois ,segundo Zilberman (2008), “o leitor iniciante não tem idade; e cada fase de sua vida é um bom momento para levá-lo a gostar de livros de ficção, pois as histórias estimulam seu imaginário, fortalecem sua identidade, ajudam-no a pensar melhor e a resolver problemas”. Com o passar do tempo, o aumento da bagagem de livros e da experiência, os leitores ficam mais exigentes, solicitando livros melhores e mais complexos.

Apesar de Jonathan Swift não ter escrito *Viagens de Gulliver* especificamente para o público infanto-juvenil, foi justamente a esta faixa etária que a obra mais agradou, pelo teor fantástico que povoa a narrativa e pelas situações mais prosaicas vividas pelo personagem nos lugares mais inusitados, por ele visitados.

Mas a obra alcança a genialidade na forma como seu autor, considerado por muitos estudiosos como crítico virulento e azedo da sociedade do seu tempo, teceu o romance, com um recurso indiscutível na representação das sociedades: a sátira. Ele cria mundos e situações extremamente inusitados, mas que, diante de uma boa leitura, revela um lado humano de vícios e defeitos.

A sátira é um recurso discursivo, utilizado pelo autor para revelar valores, crenças, costumes de uma determinada época, de uma sociedade ou mesmo do próprio autor. Na obra referida, muitos estudiosos destacam a ambiguidade da construção da narrativa, onde se alterna ora a ficção, ora a realidade, como uma forma do autor denunciar sua época ou a sociedade em que vivia.

Os alunos do 9º ano precisam entrar em contato com a obra como um dispositivo na aproximação do passado e presente, através da ficção, construir possibilidades de convivência entre os homens, questionar as formas de organização das sociedades, principalmente desvendar os mistérios das guerras.

A obra aproxima passado e presente, quando se percebe que sua temática é atemporal, excede os limites do espaço/tempo e passa a ser elemento de reflexão em novas leituras, em diferentes épocas. De uma maneira bastante atraente, o autor construiu uma trama aparentemente simples, mas extremamente reflexiva do ponto de vista do narrador.

*Viagens de Gulliver* é dividido em quatro longas aventuras marítimas do capitão Lemuel Gulliver, por terras longínquas e completamente desconhecidas dos governos europeus. Logo na primeira viagem, o personagem chega a Liliput (ilha – império de natureza e habitantes minúsculos), depois de ter naufragado. Lá é mantido prisioneiro dos liliputianos, que se encontram em combate com a ilha vizinha (Blefuscu), também composta por habitantes minúsculos. As duas divergem porque quebram os ovos de forma diferente. Não é por acaso que Liliput e Blefuscu são impérios vizinhos, exatamente como Inglaterra e Irlanda, país de origem do autor.

Na sátira de Swift, aparecem as divergências que levaram muitos países à guerra, pela arrogância de dirigentes, as declarações de ódio entre nações, e que estão presentes nos dias atuais. O absurdo é o recurso utilizado pelo autor para aguçar a imaginação do leitor, que é instigado a fazer uma reflexão acerca das guerras instituídas pelos homens desde a Idade Média e que perduram até o presente.

A obra auxilia o professor de História no momento de contextualizar as guerras mundiais, os envolvidos e os motivos responsáveis pelo desencadeamento de tais guerras.

Liliput é um reino onde os personagens são minúsculos, que pela visão do autor representam a pequenez da visão política dos governantes do tal reino, o que merece um debate em sala de aula, com o objetivo de fazer os alunos refletirem sobre os acontecimentos daquele reino, como forma de aproximá-los da realidade das guerras mundiais.

Em Liliput, os habitantes se dividem em dois partidos políticos: tacos altos e tacos baixos, que lutam pelo poder e se revezam na coroa. A maior preocupação dos partidos é descobrir quem tem o maior número de pessoas filiadas ao partido oposto e como impedir seu avanço ou sua atuação. Dessa forma, Swift nos levar a pensar sobre a real oposição entre partidos, a falta de debates de ideias, de propostas e a real preocupação deles, que se resume em apenas controlar o poder.

Os conteúdos de História no 9º ano giram em torno das guerras mundiais, o mundo bipartido, o Brasil entre duas ditaduras, e do fim da guerra fria ao capitalismo globalizado. Todos os conteúdos, citados acima, suscitam do aluno um conhecimento mais aprofundado sobre partidos políticos, as oligarquias de poder e a instituição das guerras no mundo. Por esse motivo, o romance em análise é de fundamental importância na aproximação do aluno com a construção dos poderes estabelecidos pelo homem, como forma de domínio.

Há uma cena extremamente engraçada no primeiro capítulo do romance, que é quando o personagem vai apagar um incêndio no palácio e salvar a rainha, para isso ele urina nos cômodos do palácio e por isso a rainha manda condená-lo. De maneira sarcástica, o autor denuncia a ingratidão dos poderosos diante dos sacrifícios feitos pelos súditos para salvar seus reis. Nesse momento, o professor deve levantar questionamentos sobre os direitos e deveres das classes trabalhadoras nas sociedades, a desigualdade e a desvalorização que sofrem as classes menos abastadas.

Os partidos em Liliput disputavam sobre a melhor forma de quebrar um ovo. Aparentemente, um motivo insignificante, mas na página 42 da obra o narrador afirma que “onze mil homens, em diversas épocas, preferiram morrer a submeter-se ao decreto”, e até mesmo o livro sagrado desse povo faz referência a esse assunto. Nesse contexto, Swift aborda as guerras religiosas e como crenças pessoais podem definir uma vida em sociedade.

Essas guerras constituem um assunto extremamente atual e que deve ser discutido com os alunos, para que eles possam assumir posicionamentos e compreender como ocorrem as guerras religiosas, problematizar situações apontadas no cotidiano sobre o assunto, como ,por exemplo, em noticiários que trazem todos os dias manchetes sobre as atrocidades cometidas com seres humanos em nome de uma religião.

Todo o primeiro capítulo da obra é fundamentado numa sátira bem construída para denunciar os abusos cometidos pelo homem, nas mais diversas épocas e em nome do poder. O autor tem um foco pessoal que é a guerra entre Inglaterra e Irlanda, todo o seu contexto de vida perpassa as páginas do romance, mas o presente trabalho pretende atrelar a narrativa aos conteúdos de História do 9º ano e propor como o professor pode utilizá-lo a seu favor.

O primeiro capítulo do livro é uma excelente introdução à unidade I do livro de História: A primeira guerra mundial. Atrelar a análise do romance aos conteúdos do livro didático é uma forma de facilitar o trabalho do professor de História, tendo em vista que ele tem o LD como principal instrumento de trabalho, se não for o único, mas a leitura do romance, paralelo às leituras dos textos científicos apontados pelo livro didático, é uma oportunidade de confrontar o mundo real ao mundo da ficção.

Dessa maneira, o professor estará proporcionando ao aluno um estudo preparatório da história a partir da leitura do romance, com o objetivo de instigar a imaginação, além de estabelecer relações entre as guerras encontradas no enredo com as guerras apresentadas no livro didático, como forma de aproximar realidade e ficção. Isso porque o mundo da ficção oferece possibilidades, enquanto que o texto científico aponta uma única versão da história.

Segundo Bittencourt (2011, p.341), “trabalhar textos literários com os alunos possibilita a realização de análises mais profundas e as pesquisas que vários estudiosos da Literatura vêm desenvolvendo estão possibilitando abordagens do campo mais complexas, que podem ser utilizadas pelos docentes de História”.

Ainda no primeiro capítulo do romance, os habitantes de Liliput atribuem a Gulliver o apelido de homem-montanha, onde novamente é perceptível a presença da sátira na construção do enredo, um momento de humor, que se apoia no absurdo, se pensar que um homem-montanha é dominado por seres minúsculos, os quais poderiam ser dizimados com um único gesto brusco do personagem.

Gulliver é novamente envolvido pelo pessimismo, a partir de suas conclusões a respeito daquele reino. O rei e a rainha não mudam de opinião e concluem que o mesmo havia despencado da lua por ter todo aquele tamanho, o que revela o pouco conhecimento científico ou investigativo daquele povo. Nesse momento, o autor tece uma crítica à falta de cientificidade daquele povo, que vivia de crenças atreladas ao senso comum e não tinha abertura para o conhecimento científico.

Nesse contexto, vale salientar que traços da personalidade do personagem se misturam aos do próprio autor, um inveterado pessimista, que não acredita em transformações advindas

dos seres humanos e resolve fugir daquela ilha em busca de sua terra natal. Excelente oportunidade para discutir com os alunos o conceito de teocentrismo e antropocentrismo, tão debatidos na história e que norteiam muitos valores sociais de povos do mundo inteiro.

É imprescindível que antes de o professor começar a leitura do romance, apresente o autor aos alunos, suas crenças e a sociedade da qual ele fez parte, porque, ao longo da narrativa, as interferências devem acontecer sempre com a mediação do professor. Os alunos podem não apresentar um perfil crítico diante dos fatos; nesse momento, os questionamentos do professor são de grande relevância na troca entre os alunos e a abertura ao diálogo em sala de aula.

Segundo Koch (2003), a concepção interacional (dialógica) da língua é aquela que permite aos sujeitos serem vistos como atores/construtores sociais, na qual o texto passa a ser considerado o momento propício para a interação. Sendo assim, os interlocutores, como sujeitos ativos, se constroem no texto, num processo dialógico. “Desta forma há lugar, no texto, para toda uma gama de implícitos, dos mais variados tipos, somente detectáveis quando se tem, como pano de fundo, o contexto sociocognitivo dos participantes da interação.” (KOCH, 2003, p. 17).

Como proposta de produção para essa viagem seria uma pesquisa sobre os motivos que desencadearam a Primeira e Segunda Guerras Mundiais, bem como, a construção de um painel comparativo entre as guerras reais e os motivos das guerras ocorridas entre Lilibut e Blefuscu, países imaginários da obra. A atividade pode ser realizada em pequenos grupos e uma socialização com a turma, além da promoção de debate.

O professor de português pode, nesse capítulo, fazer uma análise do discurso do personagem para identificar as marcas textuais que demonstram o uso da ironia, da sátira, visto que os alunos já possuem maturidade para identificar essas figuras de linguagem, o que deve ser feito com a mediação do professor.

Outra proposta é fazer o aluno perceber a construção do foco narrativo, e as implicações dessa visão unilateral. Uma atividade muito interessante é mudar o foco narrativo, dando voz a outro personagem presente no enredo ou mesmo inserindo um personagem novo.

Trabalhar com os discursos presentes na narrativa é estimulante para que o aluno perceba a diferença entre um discurso direto e indireto ou indireto livre. Perceber a importância de cada um deles na construção do enredo e suas especificidades, como forma de aproximar o aluno das opiniões e sentimentos do narrador e seu lugar na narrativa.

No segundo capítulo do romance “Em Brobdingnag”, o viajante agora é um pequeno ser no meio de gigantes, a história se inverte. O povo daquele lugar era muito simples, tanto na fala como na escrita e na organização social, não conheciam nem incentivavam as guerras. As leis eram básicas e não eram questionadas pela população, apenas existiam para regulamentar e manter a ordem das coisas.

Nesse capítulo o narrador – personagem (SWIFT, 2010, p.141) fala: “esses povos não tinham ainda reduzido a política a uma arte, como os nossos sublimes espíritos da Europa”. Uma crítica bastante explícita a toda a política da Europa, que colocava os interesses pessoais acima do propósito para o qual as leis tinham sido criadas: organizar a sociedade. Tal comportamento pode ser estendido aos interesses das nações como um todo.

O rei dos gigantes entendia a política como algo feito com bom senso e conhecimento de todos. Para aquela sociedade, os agricultores que conseguissem aumentar sua produção valiam mais que um político. Não havia guarda real, apenas alguns servos para a segurança pessoal, que eram lavradores e negociantes. Não estavam enfrentando guerra com nenhuma outra nação.

Pela estrutura da organização social daquele reino é possível perceber que com leis claras, sem margem para muitas interpretações e costumes solidificados, mantém-se naturalmente a ordem sem o uso da força militar, aspecto este que pode ser discutido com os alunos, através de comparações com o reino anterior, o que os diferencia, o que os aproxima. O mesmo deve ser feito na abordagem do conteúdo relacionado às guerras mundiais.

Uma avaliação das leis brasileiras, a aplicação e fiscalização das mesmas seriam de grande valia para os alunos que pouco sabem sobre esse assunto, mas pode ser discutido a partir da leitura do segundo capítulo da obra em análise. Esse tipo de atividade deve ser executada em grupos, para que todos tenham um panorama geral sem ter que dispensar tanto tempo das aulas. Outra proposta, é uma parceria com os professores de outras áreas, dependendo das leis ou estatutos escolhidos para serem trabalhados.

Nesse segundo reino visitado pelo personagem, Gulliver passa de gigante a pigmeu, o que o tornou uma espécie de animal de estimação para os habitantes daquele país. Novamente a partir de uma crítica ferrenha, o narrador coloca através da ligação entre os dois países, que não há um valor absoluto, que algo pode ser grande ou pequeno se comparado a outro elemento. Nesse sentido, o poder pode ser alto em um determinado contexto e em outro não.

Um conteúdo que faz parte da grade curricular no ensino de História no 9º ano é a consolidação das oligarquias no poder, o que promoveu as revoltas internas e a chegada do

Estado Novo, um período de transições marcado pela luta pelo poder, que precisa ser discutido por alunos e professor, e comparado ao processo de constituição do poder no reino de Brobdingnag, que pode ser considerado o oposto às disputas internas travadas no Brasil pela hegemonia do poder político.

A noção de grande e pequeno aparece quando em um país o personagem é um pigmeu enquanto que no outro ele torna-se um gigante. A teoria da relatividade deve ser discutida. O que realmente pode ser considerado grande ou pequeno depende do ponto de vista ou dos elementos da comparação ou até mesmo da circunstância. O que determina o poder de alguns países em relação a outros, o que diferencia as grandes potências mundiais dos demais países do mundo.

A ficção, nesse contexto, constitui uma maneira interessantíssima de refletir sobre as condições humanas e como cada indivíduo ou sociedade edifica seus valores, crenças e estabelece as relações de poder. No reino de Brobdingnag, a medicina, a farmácia e a cirurgia eram bastante evoluídas, na saúde o investimento era muito grande. Desse ponto de vista, o narrador apresenta a evolução da ciência naquele reino como algo positivo, tanto que, quando o pequeno viajante chega ao reino, os filósofos se põem a estudá-lo buscando uma explicação para sua existência e concluem que ele é uma espécie humana diferente.

O narrador-personagem deixa claro que durante os estudos, nenhuma explicação sobrenatural ou mágica foi apontada pelos filósofos, o que evidencia a crença do narrador na ciência, em detrimento das crenças religiosas. O que demonstra que aquele povo buscava as explicações para os fatos através da ciência.

Uma questão a ser discutida em sala de aula nesse momento é sobre os parâmetros utilizados na conquista do poder, que regem os países envolvidos nas guerras civis, científicas ou religiosas, quais os dogmas defendidos por cada país, na construção ideológica e a forma de persuasão da massa. Uma mesa redonda seria bastante estimulante para os alunos a partir dessas discussões, além do estímulo à pesquisa, que é também um excelente recurso para a construção da argumentação tanto oral quanto escrita.

O professor de português, nesse momento, deve apresentar aos alunos os gêneros textuais como decretos, leis e discursos políticos com o objetivo de identificar as características de cada gênero e mostrar o poder do dom da palavra seja ela escrita ou oral. Fazer uma análise dos discursos políticos como forma de o aluno apropriar-se das metáforas, analogias, sátiras e ambiguidades encontradas nos textos.

Pensando nas revoluções internas ocorridas no território brasileiro, é possível investigar as ideologias defendidas por cada partido político ou extratos sociais envolvidos nas revoluções. A narrativa romanesca abre um leque de possibilidades para reflexões acerca de aspectos da sociedade em estudo ou mesmo para comparar aspectos da sociedade do passado com a presente, visto que a temática é atemporal.

Ainda no capítulo 2 do referido romance, o absurdo acontece na forma do narrador-personagem, que é um pequenino em meio a gigantes, qualquer situação torna-se um verdadeiro perigo. O humor causado pela situação absurda vivida pelo personagem pode ser identificado nas mais prosaicas situações cotidianas, como, por exemplo, as acomodações, a exibição em feiras e depois na corte, como animal de circo. Na verdade, o personagem passou a ser visto como bobo da corte.

O narrador-personagem passa horas e horas tentando responder às indagações feitas pelo rei daquele lugar com relação às questões sociais da terra natal do pigmeu. O rei procura compreender com exatidão a formação do governo Inglês, e para isso convoca o personagem para seis audiências em que Gulliver faz uma minuciosa apresentação das leis, constituição das câmaras e o comportamento dos governantes. Sempre havia um questionamento do rei, que anotava tudo, sem deixar passar nenhum detalhe.

Nesse momento é importante que o professor utilize os questionamentos proferidos pelo nobre e as respostas do narrador-personagem, a fim de fazer um paralelo com a formação política dos países envolvidos nas guerras e inclusive dos partidos políticos que se formaram no Brasil e que são estudados por eles no 9º ano.

Novamente, o professor de português pode aproveitar o capítulo para estabelecer comparações entre os discursos do viajante e do rei para fazer os alunos perceberem como o discurso direto amplia as possibilidades de leituras e pontos de vista. É interessante analisar junto com os alunos os elementos discursivos presentes na fala de cada um, com o objetivo de levantar dados acerca das crenças de cada personagem.

Uma excelente atividade de produção está na construção de discursos políticos pelos alunos e na promoção de um debate entre eles com direito à escolha do melhor orador da turma. Dessa forma os alunos desenvolvem habilidades de escrita e oralidade. Essa contribuição das aulas de língua portuguesa é importantíssima para o entendimento tanto do enredo como do processo histórico do qual o romance faz parte.

O personagem apresenta ao rei uma grande descoberta do seu país que tem o poder de destruir reinos inimigos inteiros: a produção da pólvora. Tal descoberta deixa o rei indignado,

que proíbe o personagem de tratar daquele assunto diante de algum membro do reino, caso ele desobedecesse, seria condenado à morte.

Swift (2010, p.169) coloca assim as palavras do rei diante da descrição feita pelo personagem sobre a descoberta da pólvora: “O rei assombrado com a descrição que lhe fiz dos terríveis efeitos do meu pó, parecia não poder compreender como um inseto impotente, fraco, vil e rasteiro, imaginara tão horrível coisa, e de que ousava falar de forma tão familiar, que parecia olhar como bagatelas a carnificina e desolação que produzia tão pernicioso invento.”

É uma passagem recheada de ideologia e que merece ser debatida pelos alunos e professor na classe, pois oferece um vasto material para a construção de perfis humanos, evidenciando os vícios, defeitos e ganância, tão peculiares ao homem e tão questionados naquele reino. A simplicidade daquele lugar leva o personagem ao pessimismo e a tramar sua fuga para seu país de origem.

O narrador-personagem fica indignado pela rejeição do rei quanto às descobertas feitas pelos europeus e que foram descritas pelo personagem como uma grande vantagem, mas que, na verdade, deixa o rei indignado com tamanho poder destrutivo de uma raça, pela capacidade de matarem uns aos outros em nome do poder.

No livro didático aparecem “A guerra fria”, “a descolonização da Ásia e da África” e o “Socialismo no mundo”, que podem ser apresentados paralelos às duas viagens, através de um panorama dos países envolvidos. É hora oportuna para conhecer a cultura de cada um, como uma forma de investigar as razões pelos quais os fatos históricos ocorreram e suas consequências.

Língua Portuguesa pode fazer um excelente trabalho com a música “Rosa de Hiroshima” do compositor Vinícius de Moraes, com o propósito de aproximar a linguagem poética da linguagem romanesca, além de apresentar o lado negativo e desastroso das bombas tão criticadas pelo rei, diante da descoberta apresentada pelo narrador-personagem.

Como proposta de produção para esse capítulo da obra, sugere-se uma exposição para toda a escola sobre os países estudados, com um apanhado geral da cultura de cada um, com música, dança, literatura, culinária, moeda, leis e economia. Uma forma de ampliar o conhecimento da comunidade escolar, além de proporcionar ao aluno o desenvolvimento de habilidades como: leitura, oralidade, desenvoltura, produção artística e escrita.

Para essa proposta de produção, a interdisciplinaridade fica evidente porque há um entrelaçamento das áreas do conhecimento para a concretização da exposição. O evento exige

o domínio de vários conhecimentos para sua realização, além de proporcionar ao aluno o desenvolvimento de várias competências e habilidades.

Na terceira parte do livro o navegador chega a um arquipélago composto por cinco ilhas, comandadas por uma ilha flutuante: Lapucia. Nesse ponto, a alusão do narrador é com relação às pesquisas feitas na época que se preocupavam em construir objetos voadores, além de projetarem suas primeiras viagens à lua. A crítica do autor é exatamente aos extremos, se comparada esta viagem com a anterior, pelo fato de os habitantes desse arquipélago estarem voltados inteiramente para as ciências.

Na ilha de Lapucia, seus habitantes são considerados intelectuais, cada um tem um porta-voz, nunca estão disponíveis ao diálogo, dedicam-se integralmente ao ato de pensar, de propor ideias e refletir sobre elas. Apesar dos sábios da ilha serem cheios de ideias, preocupados com o futuro da Terra, tornaram-se miseráveis, pois se sentem como superiores da sociedade, mas o fato é que, na verdade, suas ideias em nada contribuem com a prática.

A ilha tem total domínio sobre as outras ilhas, o continente de Balnibarbo é considerado livre, mas mantém um regime totalitário, conservando as demais ilhas sob o seu desígnio, ao ponto de determinar leis extremamente autoritárias como, por exemplo, privar determinada comunidade da presença do dia e da luz do sol; isso era possível se a ilha flutuante descesse e pairasse sobre a ilha condenada.

Outro castigo terrível pela desobediência era fazer com que a ilha flutuante esmagasse os habitantes de uma determinada ilha, caso os habitantes tivessem sido condenados à morte. Nesse contexto, o narrador faz uma crítica ferrenha ao totalitarismo, quando o poder determina de forma autoritária o destino dos demais indivíduos.

Um tema bastante instigante para ser debatido em sala de aula são as diversas formas de governo, as características de cada um, como cada governante exerce o poder e a influência do povo na construção da cidadania. Cada lugar visitado nessa terceira viagem empreendida pelo personagem apresenta características bastante distintas, muito bem empregadas pelo autor com o objetivo de satirizar as formas de organização de cada sociedade.

É imprescindível que o aluno, ao se deparar com os conteúdos históricos, faça uma leitura comparativa das formas de governos existentes no passado e no presente, para que ele possa definir pontos positivos e negativos de cada um, posicionando-se como cidadão crítico, a favor ou contra, sempre atentando para os interesses que regem cada regime político.

A terceira viagem feita por Gulliver apresenta-se como um excelente instrumento de avaliação dos governos e a formação das sociedades, pois cada ilha visitada apresenta uma

organização diversa. O autor fez uso de simbolismos, alusões e ironias para criticar o mal que há nos excessos. Ele procurou mostrar que de uma forma ou de outra, os extremos apresentam problemas.

Para empreender uma crítica às academias, o narrador se aproxima de cientistas que se preocupam extremamente com as teorias e se distanciam das práticas, acabam malsucedidos e presos à própria teoria. Nessa visita, o narrador observa quantas experiências infundadas, quanto dinheiro e tempo empregados em experimentos que de nada servirão à sociedade, não há, na verdade, nenhuma lógica em tais teorias, uma alegoria empregada pelo autor para referendar uma reflexão acerca da importância e utilidade de muitas pesquisas desenvolvidas nas academias, e, também, da lógica que rege tais pesquisas. O narrador destaca que os teóricos apresentam uma crença inabalável em seus métodos de pesquisa e não conseguem admitir mudanças nem fracassos, e, por conta disso, suas pesquisas nunca alcançam a sociedade, que, na verdade, deveria ser o foco desses experimentos.

A escola, como as academias, têm primado pela teoria sem aplicabilidade, conteúdos apresentados sem que os alunos saibam onde e quando vão utilizá-los. Nesse contexto, faz-se necessário reafirmar a importância do estudo de fatos históricos relacionando presente e passado e buscando o letramento social dos indivíduos através da Literatura.

Novas figuras de linguagem devem ser apresentadas como antítese, comparação, alegoria e metonímia para que o aluno compreenda mais facilmente os recursos linguísticos empregados na construção do enredo e os efeitos de sentido produzidos por elas. Os sentidos do texto vão sendo desvendados pelo leitor, à medida que vai compreendendo como o autor utilizou os recursos linguísticos para tecer os fatos no interior da narrativa.

A próxima viagem do personagem – narrador é a ilha de Glubbdudrib - a terra dos fantasmas. O viajante vai parar na casa de uma família nada convencional, era servida por fantasmas. O mais incrível: os fantasmas eram grandes personalidades do passado. Durante sua estadia naquele país, teve a oportunidade de conviver com os espíritos. O governador concedeu ao viajante o direito de escolher quais espíritos ele gostaria que comparecessem ao jantar que seria servido por eles; assim teve o privilégio de fazer perguntas aos mesmos, relacionadas apenas ao passado de cada um.

O narrador invocou várias figuras do passado como: Aristóteles, Descartes, Sófocles, Eurípedes, Homero, César, Bruto, Lucrecia e Virgílio e outros mais, com o propósito de esclarecer pontos obscuros das histórias de aventuras de cada um ou de fatos que ocorreram na época deles. Com isso o autor chega à conclusão de que, depois da morte, as pessoas

perdem a capacidade de pensar: os fantasmas, mesmo tendo sido grandes pensadores, não são capazes de explicar suas obras.

Novamente, o autor utiliza a sátira para mostrar que o conhecimento não é eterno e que grandes descobertas tornam-se obsoletas com o passar do tempo. Nesse ponto Swift mostra que toda grande descoberta não resiste à temporalidade, outras obras vão se sobrepondo às mais antigas, além de satirizar as figuras célebres da história, fazendo com que elas ocupem lugares de servos.

Mais um tópico a ser discutido com os alunos: a importância das grandes descobertas e seu tempo de duração. Os alunos podem fazer uma pesquisa para demonstrar tal verdade afirmada pelo narrador na história, comparar a evolução de vários objetos e a necessidade da inovação permanente ao longo da história humana.

Discutir acerca da condição de grandes personalidades e a efemeridade da existência é interessante para que os alunos tenham a ideia de que grandes feitos ou grandes atrocidades cometidas em nome de grandes conquistas, muitas vezes, não foram suficientes para imortalizá-los ou torná-los poderosos e ricos. Muitos tentaram empreender uma grande descoberta e apostaram tudo, contudo perderam tempo e dinheiro e não adquiriram reconhecimento pela sociedade, ou mesmo, o reconhecimento só ocorreu postumamente.

No 9º ano, pelos manuais didáticos, os alunos estudam “A revolução cubana”, “A revolução chinesa”, “A guerra fria” e nesse momento é imprescindível que o aluno pare para refletir sobre os verdadeiros motivos que desencadearam tais revoluções. Quantas grandes invenções fizeram parte dessa época e quantas grandes personalidades formaram-se nesse momento.

O ensino de História precisa ser vivo, os fatos históricos trazidos à tona necessitam ser discutidos, comparados, evidenciados sob novas visões para que o aluno tenha a oportunidade de concordar, contrapor, comparar. O romance aqui analisado serve de parâmetro para todos os assuntos que serão apresentados aos alunos no decorrer do ano, com uma diferença: apresenta uma história dinâmica e com o ingrediente preferido pelos alunos: a aventura.

Lidar com a possibilidade de estar diante do fantasma de um grande herói da história humana é algo instigador. Tal possibilidade abre oportunidade para que os alunos simulem entrevistas com fantasmas, que povoaram as grandes revoluções e que fazem parte do currículo da série em evidência. Além de engraçado, é um momento oportuno para uma reconstrução da História, para a criação de novas explicações para as descobertas e conquistas empreendidas em determinadas épocas.

Em sua visita ao último país daquela viagem, antes de se dirigir ao Japão, o viajante depara-se com a terra dos imortais, que a princípio o encantou por demais, achando até que chegara ao local perfeito para se viver. Foi muito bem recebido e logo encontrou um intérprete que muito lhe seria útil em sua aventura naquele país, pois não sabia a língua deles.

Os imortais eram crianças que nasciam com uma mancha vermelha na testa e que, com o passar dos anos mudavam de cor e cresciam, ou seja, seria facilmente reconhecido pelos demais. Poucos eram os que nasciam com a tal mancha, independente de classe, hereditariedade ou outro fator, entre cada mil pessoas nascia uma com tal característica.

O que o viajante não imaginava era que aos 80 anos, eles perdiam o direito ao trabalho, eram considerados incapazes de administrar as próprias finanças e tinham que distribuir seus pertences para os herdeiros e acabavam numa casa destinada aos imortais pobres, passavam a viver de uma pensão alimentícia mantida pelo governo.

Os imortais da ilha caíam em desgraça, entregavam-se à depressão e eram vistos como assombrações, relegados à solidão e ao desprezo. O pior era que perdiam o poder de se comunicar, pelo fato de que a linguagem daquele país mudava constantemente e eles não conseguiam acompanhar as mudanças. A maioria esquecia seu próprio nome e dos demais, caso fossem casados com outro imortal, assim que um deles completasse 80 anos, eram separados para que não fossem obrigados a conviver com a mesma pessoa para sempre.

Tudo isso deixou o narrador estarecido e desenganado com relação à imortalidade, principalmente, depois que teve a oportunidade de ver de perto um desses seres, com aparência pavorosa, em especial as mulheres. Nesse momento, é possível perceber a crítica que o autor faz a um dos maiores desejos da humanidade, enganar a morte e viver para sempre.

Diferentemente dos humanos, que não desejam o poder de não morrer e sim prolongar a juventude, Swift apresenta o imortal como alguém incapaz de morrer e de conviver com os demais, é a imortalidade vista como defeito. A própria sociedade determina o momento em que cada imortal deve ser destituído do direito à vida.

É um capítulo bastante instigador, pois trata de uma temática atual e polêmica. A longevidade é pesquisada incessantemente pela ciência e a expectativa de vida aumentou em praticamente todo o planeta. É imprescindível que os alunos deem vez a polifonia a respeito desse assunto, visto que a China e o Japão são países com maior expectativa de vida e estão presentes no conteúdo de História.

Uma atividade interessante para a turma é fazer uma pesquisa sobre como as sociedades tratam seus idosos: ainda que não sejam imortais, mas muitos são centenários, quais os direitos adquiridos por eles e como cada sociedade define a forma de aproveitamento e importância dada à experiência.

É interessante também que os alunos proponham novas leis para o país dos imortais, mudando a forma de viver e o tratamento destinado aos idosos, como uma maneira de apontar novas possibilidades de organização social. O professor de História pode estabelecer comparações entre o país dos imortais e outros que foram estudados no 9º ano, levando em consideração que as sociedades, em sua maioria, desejam aquilo que está acima de suas capacidades.

O professor de português nesse momento pode fazer uma leitura do Estatuto do Idoso, como forma de legitimar as leis de proteção aos idosos, uma visita à casa geriátrica da comunidade ou mesmo entrevistar idosos para que possam estabelecer um parâmetro entre o estatuto e as leis do país dos imortais vivenciados na obra.

O narrador critica veementemente tal característica dos indivíduos: para ele seria preciso primeiro aceitar nossa condição humana para assim melhorar a sociedade. Uma discussão interessante é fazer uma retrospectiva histórica das grandes descobertas científicas no mundo com relação à longevidade, os tratamentos e cirurgias para prolongar a vida, além de discutir sobre as vantagens e desvantagens da vaidade humana. Sempre estabelecendo comparações, para que o aluno tenha a oportunidade de expressar sua opinião e respeitar a opinião do outro.

A próxima viagem do narrador - personagem é a mais instigante de todas, e nela também se encontra sua maior crítica à condição humana. Trata-se de uma terra liderada por cavalos, onde os humanos são seres denominados yahus, sem inteligência, ocupam uma condição inferior e são servos dos cavalos, habitam locais inumanos e apresentam aparência deformada.

Os Huyhnhnms, cavalos dotados de inteligência, dominavam todas as línguas do mundo, conheciam ciências, filosofia e, segundo o narrador, dominavam um reino ideal, sem corrupção, mentiras, guerras, fraudes ou maldades, ou seja, um lugar perfeito. Apesar de um vocabulário riquíssimo, sua língua não apresenta vocábulos para denominar as mazelas humanas tratadas acima.

Ao colocar os cavalos no poder, Swift condena à raça humana à mais terrível degeneração, como incapazes de governar em favor da comunidade, suas falhas e fraquezas

são colocadas acima do bem comum, e por conta disso, o autor elege os cavalos como seres apropriados para conduzir um país sem guerras, corrupções, maldades, ganância ou qualquer outra fraqueza humana emanada do desejo pelo poder.

Durante três anos, em que o narrador esteve naquele país, muitas foram as conferências com o cavalo que lhe acolheu, descrevendo seu país, a Inglaterra, e toda a forma de organização política e social, os grandes inventos, as conquistas, tudo anotado pelo cavalo cinza nos mínimos detalhes para depois proferir indagações dos pontos incompreendidos por ele. O narrador se esforça para responder aos questionamentos do seu anfitrião, embora nem sempre seja compreendido.

O objetivo do cavalo cinza era, na verdade, aprender com o viajante estratégias que pudessem ser úteis àquele governo; contudo, do pouco que ele compreende, descarta totalmente qualquer possibilidade de utilizar-se do modo de viver dos ingleses, faz críticas ao parlamento inglês, ao comportamento dos governantes com relação à administração dos bens públicos. Nesse sentido, o autor, de forma sarcástica, condena a corte inglesa.

Esse capítulo oferece uma excelente oportunidade para o debate sobre o absurdo de os humanos como uma raça inferior ser liderada por cavalos. Os alunos devem apresentar uma postura crítica diante de tais possibilidades, estabelecer relações entre as sociedades lideradas por homens e aquela específica, liderada por cavalos dotados de muita inteligência, caráter e sabedoria.

Na sociedade dos Huyhnhms, não há um dirigente, cada um governa a si próprio, apenas com o uso do bom senso; eles têm reuniões coletivas para decidir as melhorias em prol do bem comum. A educação daquele país é centrada no desenvolvimento da força, da velocidade e da resistência dos cavalos jovens. Isso tudo faz com que o narrador sinta-se extremamente constrangido e passe a gostar mais dos animais do que dos homens.

Momento oportuno para debater com os alunos os objetivos educacionais dos países estudados ao longo do ano, o valor atribuído à educação nesses países e a influência dela na vida pessoal e social de seus jovens. Além disso, é fundamental discutir acerca da possibilidade de um país não apresentar um líder específico e cada pessoa gerenciar seus atos através dos acordos coletivos.

Oportunidade para todos os professores fazerem uma reflexão juntamente com os alunos sobre a importância da leitura enquanto forma de apropriação do conhecimento, mostrando que as sociedades mais evoluídas investem muito mais em educação e que são países de leitores, em detrimento dos países em desenvolvimento, onde há um número mais

elevado de analfabetos. Debater sobre as vantagens de ser letrado numa sociedade competitiva.

Enquanto o narrador discorria sobre as mentiras empreendidas pelos humanos no seu continente, com o objetivo de matar, roubar ou enganar seus semelhantes em nome do desejo de riqueza e poder, acaba por deprimir-se. Também conta sobre a fome dos pobres enquanto os ricos se excedem em extravagâncias e ainda envergonha-se ao presenciar entre seus semelhantes, os Yahus, brigas sangrentas por comida ou por pedras supostamente preciosas.

A atual conjuntura política vigente no Brasil, as repercussões dos atos de imoralidade e intolerância praticadas por muitos brasileiros e a corrupção devem ser debatidas em sala de aula na unidade VI do livro didático do 9º ano, que trata da consolidação da democracia no Brasil. O capítulo 4 da obra abre prerrogativas para essa discussão. O mais importante é que o aluno possa refletir sobre sua condição de cidadão brasileiro e sua responsabilidade com relação ao futuro do país.

O professor de português tem nesse momento uma oportunidade de inserir os alunos no mundo da tecnologia, propondo leituras de postagens e produção de comentários através do Facebook sobre assuntos polêmicos atuais, legitimando as redes sociais enquanto ambiente virtual, promotor de debates e troca de experiências e conhecimentos entre jovens.

Assistir ao filme *Viagens de Gulliver* é outra atividade bastante dinâmica, através da qual os alunos podem estabelecer comparações entre as duas linguagens artísticas, que são muito diferentes. É importante apresentar os gêneros sinopse, roteiro de filme e ficha técnica, bem próximos da arte cinematográfica para ampliar os conhecimentos dos alunos.

A proximidade do narrador com o cavalo cinza e sua família não é bem vista pelos demais cavalos, que acabam espalhando boatos de que o viajante poderia liderar uma rebelião dos Yahus, pelo fato de ser alguém da mesma raça, embora mais evoluído, visto que estavam comprovadas as tendências malignas dos humanos. Isso desola completamente o navegador que resolve deixar o país e voltar à sua terra de origem.

O narrador demonstra ter aprendido bastante com os Huyhnhms, o contato com eles deixa o viajante confuso, tanto que, quando resgatado por um navio inglês, ele repele qualquer contato com humanos e é tratado como louco ou delirante. Mesmo depois de chegar à casa, ainda apresenta atitudes anormais, demonstra infelicidade, a não ser pela companhia de dois cavalos comprados por ele.

O contato com os animais num estágio de evolução, como os Huyhnhms, faz com que o viajante tenha uma nova percepção acerca das atitudes humanas. A lição de vida é que

os valores morais estão acima de qualquer interesse pessoal. Princípios como justiça, verdade, honra, respeito merecem ser transmitidos em família, na comunidade, entre semelhantes.

De toda a obra, essa é a parte que merece uma análise um tanto filosófica, no sentido de instrumentalizar os alunos com relação aos pontos defendidos pelo cavalo cinza, durante as conferências com o viajante, nos debates a respeito das desigualdades sociais, nas comparações estabelecidas entre a terra natal do narrador e a terra dos Huynhnhms.

Os alunos, nesse momento, podem criar situações imaginárias para estabelecer novas práticas políticas, que envolvam países diferentes com organizações sociais distintas, como, por exemplo, criar decretos coletivos para situações do dia a dia numa determinada sociedade e justificar tais decretos. Isso pode ser feito com o auxílio do professor de português na leitura, estudo da estrutura dos gêneros e sua produção, com direito à correção e revisão dos textos.

Um estudo aprofundado de algumas leis vigentes no Brasil pode ser de grande valia na construção da argumentação dos alunos, ao se posicionarem contra ou a favor. A produção oral e escrita dos alunos deve ser privilegiada, mesas redondas e júris simulados devem ser incentivados como forma de adquirir uma visão mais ampla sobre as leis que regem o próprio país.

Esta proposta defende que a leitura do romance *Viagens de Gulliver* seja feita analisando cada viagem, individualmente, e as discussões devem estar atreladas aos conteúdos específicos de História. Cada viagem apresenta temas pertinentes e coincidentes com o programa da disciplina. O mais indicado é que o professor, na maior parte do tempo, comece as aulas com uma roda de leitura para incentivar o debate e em seguida apresente os conteúdos afins. Os alunos podem ser incentivados a continuarem a leitura em casa e construir um diário de bordo, onde possam anotar passagens relevantes das viagens para gerar debates em sala de aula.

As viagens podem ser retomadas sempre que necessário, ou mesmo quando um novo conteúdo for inserido pelo professor. Passagens do romance podem inclusive fazer parte das avaliações, embora a melhor delas seja a participação e envolvimento nas discussões, o que pode acontecer sob a observação e anotações do professor.

A leitura do romance pode acontecer ao longo do ano, caso a opção seja pelo original ou semestral, se for uma adaptação. Não há aqui uma preocupação em defender uma ou outra forma de leitura, se como introdutória ou conclusiva. O importante é oferecer ao aluno as possibilidades da fantasia, relacionando-as ao mundo da razão.

É sabido que o professor de História só tem duas aulas semanais, mas a leitura do romance pode acontecer também nas aulas de Língua Portuguesa, onde a parte da linguística, da semântica, da plurissignificação e da análise discursiva acontecem, o que dará ao aluno, vasto conhecimento e apropriação da obra. Isso auxiliará nas discussões acerca dos fatos históricos. Não se descarta a ampliação para outras áreas do conhecimento, como Geografia, Ciências, Matemática ou Arte.

Cada viagem, lida e explorada devidamente por cada área, pode culminar em produções textuais envolvendo gêneros literários ou não. O suporte para as produções são o conteúdo do romance, os conteúdos de História, os debates em sala, as pesquisas feitas pelos alunos durante as leituras e a própria produção do diário de bordo.

O livro também oferece um vasto material para ser explorado pela Geografia ou pela Arte. É um momento oportuno para desenvolver um projeto interdisciplinar. O mais importante é proporcionar aos alunos o letramento através da parceria entre Literatura e História, o que não invalida a ampliação para as demais áreas do conhecimento, mas essa é uma nova discussão.

Se na escola, há mais de uma turma de 9º ano, é imprescindível a interação entre elas durante a leitura do romance, para debates, trocas de impressões a respeito da obra, apresentações de resultados de pesquisas feitas e textos produzidos. Esses encontros não precisam ocorrer necessariamente nas aulas de História, mas podem ocorrer também, nas de Língua Portuguesa.

O professor de Língua Portuguesa é importante também nos momentos de produção textual, como um mediador na apresentação das características de cada gênero textual a ser desenvolvido pelos alunos, além de contribuir nas correções dos textos, na divulgação ou mesmo na preparação das produções e apresentações dos gêneros orais.

Os professores de Língua Portuguesa e de História devem explorar a biografia do autor, cada um de forma mais específica na sua área. Para a compreensão do romance e seu contexto histórico ela é fundamental, pois a biografia diz muito da época de produção da obra e faz-se necessária sua exploração como mais um instrumento de análise.

É importante que a leitura de cada viagem seja explorada separadamente, pois é possível perceber a riqueza de detalhes da obra, as referências são extremamente engenhosas, a sátira, vista como uma crítica social, deixa transparecer o quanto o texto de Swift trata de assuntos considerados atemporais, não específicos de uma época, mas que permitem reflexões relacionadas a diferentes contextos.

Ao utilizar o estudo do romance para desafiar o aluno a compreender a construção literária e suas nuances, a preocupação é instrumentalizar o indivíduo para a aplicação prática do ensino-aprendizagem, além de partir da narrativa romanesca para analisar fatos históricos e suas relações com o presente.

Estudando um romance, não se estuda apenas literatura ou a linguagem, mas também as manifestações culturais de uma determinada época social, todos os valores de um povo, colaborando assim para a formação consciente de um cidadão crítico, leitor competente, capaz de transformar o mundo que o cerca.

Se na escola há uma biblioteca ou uma sala de leitura, os alunos podem ser convidados a formarem um clube do leitor, que pode funcionar no turno oposto ao que o aluno estuda e pode ser monitorado por um profissional responsável pelo espaço ou mesmo por monitores que podem ser os próprios alunos ou alunos de séries mais avançadas.

Na busca por uma educação de qualidade, o letramento deve ser uma preocupação constante e deve ser empreendido por todos os profissionais de educação, independente da área de atuação, através da construção de redes na escola, visto que, ainda se tem um currículo fragmentado.

Com o intuito de contribuir com o letramento dos alunos do ensino fundamental, fica esta proposta de um trabalho interdisciplinar entre Literatura e História, onde o romance é apresentado como uma fonte de exploração das sociedades em seus contextos históricos e linguísticos.

## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões acerca do letramento já vêm acontecendo há décadas, contudo o número de analfabetos funcionais ainda é muito grande no Brasil, o que demonstra que existe uma dicotomia entre a teoria e a prática. As avaliações externas às quais são submetidos os alunos brasileiros revelam um baixo índice nas habilidades correspondentes à leitura.

Entende-se por letramento a capacidade do indivíduo de apropriar-se da competência leitora e das operações matemáticas para resolver problemas do cotidiano, de cunho pessoal ou que envolvam a comunidade dos indivíduos. O letramento é competência da escola, que é uma instituição social com a função de formar cidadãos.

Essa formação do cidadão está relacionada ao desenvolvimento da competência de leitura que deveria ser a prioridade no ambiente escolar, como prática empreendida por todas as áreas do conhecimento, visto que a leitura por si só é uma atividade interdisciplinar, pois envolve uma série de conhecimentos adquiridos a partir da compreensão dos fatos.

O letramento escolar deve estar em consonância com o letramento social, visto que, o cidadão não pode entender o ensino aprendizagem como algo distante das práticas sociais, uma vez que todo o conhecimento adquirido na escola precisa ter utilidade na vida cotidiana. Afinal de contas, a escola é a referência no letramento social dos indivíduos.

As práticas educativas empreendidas pela escola estão vazias de significado, não proporcionam ao aluno uma formação voltada para a vida em sociedade e para o trabalho. As concepções de leitura não são condizentes com a exigência do mundo contemporâneo. É preciso uma revisão urgente na estrutura da escolarização da leitura e, conseqüentemente, das atividades propostas a partir dessas leituras.

A escola precisa se comprometer com o letramento social dos indivíduos, buscando uma maior priorização da leitura, que deve ser preocupação dos professores, em todas as áreas do conhecimento. Assim, faz-se necessário um repensar constante por parte de toda a escola através de seus projetos estruturantes, uma tomada de consciência individual e coletiva, um comprometimento com a formação de um cidadão crítico e atuante.

A sociedade contemporânea exige um indivíduo crítico, politicamente participativo, capaz de posicionar-se frente aos desafios diários. Para tanto a escola precisa apostar na leitura, principalmente de textos literários, pois eles proporcionam uma compreensão ampliada da sociedade, uma vez que lida com as possibilidades, que só o mundo da ficção é capaz de mostrar.

Enquanto a Literatura não for vista como fator de transformação social, a escola continuará formando leitores, pois o aluno-leitor precisa ser seduzido pelo poder polissêmico dos textos literários. Ao invés disso a escola ainda vem promovendo uma formação desarticulada do contexto social. Isso só contribui para o analfabetismo funcional.

Especificamente no Ensino Fundamental, a Literatura precisa ser apresentada como um instrumento de fruição e deleite, capaz de proporcionar novas experiências que promovam a inserção de diálogos culturais e artísticos, como uma forma de provocar novas aprendizagens, formando leitores.

A escola necessita compreender a importância de pensar e promover atitudes interdisciplinares, tendo como base o texto literário visando um diálogo entre Literatura e cultura. Nesse sentido, a escola precisa contextualizar as situações de aprendizagem com o objetivo de construir um elo entre a teoria e a prática. Só assim é possível para os alunos transformarem as informações advindas dos diversos saberes das disciplinas isoladas, em conhecimento próprio.

Ainda que de uma forma pouco contundente, os PCNs apontam a necessidade de desenvolver um trabalho interdisciplinar, seja pela adoção de eixos temáticos advindos de temas transversais, seja pelo desenvolvimento de projetos pedagógicos que proporcionem indagações pertinentes ao âmbito escolar ou à sociedade, e que suscitem dos alunos a aplicação dos saberes desenvolvidos em cada área do conhecimento, como uma forma de aproximar o indivíduo da realidade.

Promover a escolarização através da interdisciplinaridade, exige mudanças nas práticas educativas, na proposta pedagógica da escola, no planejamento das aulas e até na própria gestão da aula. Mas principalmente na forma de conduzir a aprendizagem porque exige do professor uma tomada de consciência quanto à coletividade: ele não pode mais trabalhar de forma isolada, as parcerias precisam ser constantes e a pesquisa e a reflexão passam a fazer parte da rotina de trabalho.

Educar através da interdisciplinaridade significa educar para a vida em sociedade, e uma das formas mais eficazes de atrair o aluno para o protagonismo social é a Literatura, pois ela é capaz de eliminar as barreiras entre o estético e o social, proporcionando ao indivíduo uma maior capacidade de debater problemas atuais de sua ou de outras sociedades.

A Literatura propõe diálogos tanto com ela mesma, como com outros textos, de épocas diferentes ou sob novos pontos de vista. É uma oportunidade ímpar de entrar em contato com outros mundos. Nesse contexto, o professor deve, como mediador, promover situações de

ensino-aprendizagem que privilegiem atividades interativas, em que os alunos possam opinar, concordar, discordar, comparar e questionar, formando assim uma consciência crítica diante das mais diversas situações.

O letramento do indivíduo se dá dentro e fora da escola. Para que isso seja efetivamente produtivo, é necessário que a escola promova a leitura de forma significativa, através da qual o aluno possa perceber que é possível, através dos sentidos do texto, alcançar o conhecimento humano.

O presente trabalho defende a ideia de que o letramento social é responsabilidade da escola, pois é no espaço da sala de aula que a interação tem seu terreno mais fértil, é um lugar privilegiado de opiniões diversas, é onde leitor-texto-autor interagem na busca constante pela compreensão do mundo através da ficção

Este trabalho também aponta para a necessidade de os professores dividirem a responsabilidade pelo letramento dos indivíduos e, por conta disso, apresenta uma proposta de trabalho interdisciplinar envolvendo em primeiro plano as áreas de Literatura e História, como forma de aproximar os alunos dos fatos históricos, transitando entre passado e presente, de maneira lúdica, reflexiva e crítica.

Se a maior função da escola é formar cidadãos críticos, então é preciso que eles sejam politizados, conheçam a história da humanidade, não apenas através da enumeração de fatos em sequência cronológica, mas que esse conhecimento seja vivo, envolva questionamentos, debates, pesquisas e possibilidades de um mundo diferente através da tomada de consciência de cada um.

Para desenvolver a proposta aqui defendida, o romance foi escolhido como o gênero textual capaz de atender às necessidades de o artista expressar sua visão sobre uma determinada sociedade, ao mesmo tempo em que incute no interior da obra uma visão coletiva, através da composição de personagens com identidade própria, apresentando características positivas ou negativas e com direito às mudanças, como na vida real.

Sabendo-se que o romance é uma obra de arte, onde o artista constroi um mundo paralelo, mas muitas vezes baseado em fatos reais, nenhum outro gênero literário seria mais apropriado para o estudo das sociedades do passado e do presente. Mesmo sendo a Literatura um produto artístico, com características estéticas, apresenta raízes profundas no contexto histórico.

A literatura romanesca tem muito a contribuir com o ensino de História, pois é capaz de oferecer uma diversidade de personagens inseridos em num certo contexto, que podem

apresentar características de um dado fato ou acontecimento, ou mesmo confirmar ou refutar aspectos obscuros de um determinado personagem histórico.

O romance escolhido para a proposta apresentada neste trabalho foi *Viagens de Gulliver*, do autor Jonathan Swift, para uma turma de 9º ano do Ensino Fundamental, como forma de aproximar os alunos de diversos contextos históricos, já que o romance acontece em países diferentes, com características prosaicas, que oferecem ao leitor mundos paralelos, capazes de desencadear reflexões sobre as práticas da humanidade.

É um romance de aventuras, que muito aproxima o aluno do mundo da ficção, instigando seu poder imaginativo, ao mesmo tempo em que estuda fatos descortinados pela História, presentes no conteúdo programático da turma. A Literatura aqui é uma sugestão de mundos paralelos que devem ser comparados com os da realidade, ou seja, os conteúdos de ensino de História se agruparão de acordo com os capítulos do livro.

A proposta é uma profusão de debates, à medida em que a leitura do romance vai acontecendo e os conteúdos vão sendo paralelamente apresentados, com o objetivo de oportunizar ao aluno, momentos de aprendizagem significativa através de práticas educativas inovadoras e instigantes. A leitura literária é o caminho mais produtivo para se alcançar o letramento social dos indivíduos.

## 5. REFERÊNCIAS

BARTHES, R. *Aula*. 7ª edição. (trad. Leyla Perrone Moisés). São Paulo: Editora Cultrix, 1980, 89p.

BENJAMIM, W. "Obras escolhidas." *Magia e técnica, arte e política*, 1985.

BITTENCOURT, C. M. F. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. , 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Língua Portuguesa. 2.ed. Brasília, DF: 2000 (Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996).

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental* (Tema Transversal Saúde). Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1998b.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental* (Introdução). Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1998c

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: história* / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília : MEC / SEF, 1998. 108 p.

CANDIDO, A. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. Companhia editora nacional, 1985.

CANDIDO, A. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo: T. A. Queiroz, 2006.

CEREJA, W. R. *Ensino de literatura: uma proposta dialógica para o trabalho com literatura*. Atual, 2005.

COMPAGNON, A. *Literatura para quê?* Belo Horizonte : Editora UFMG , 2009.

COSSON, R. *Letramento literário: Teoria e Prática*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.136p.

COSSON, R. *O espaço da literatura na sala de aula*. IN: Coleção Explorando o ensino – Literatura. Volume 20. Brasília. 2010.

DA SILVA E. T., *Elementos da pedagogia da leitura*. 1998 a. São Paulo: Martins Fontes.

DA SILVA, E. T. *Criticidade e leitura*. 1998b. Campinas: Mercado de Letras.

DA SILVA, E. T. *Conferências sobre leitura: trilogia pedagógica*. Autores Associados, 2003.

DEMO, P. *Conhecimento Moderno:sobre ética e intervenção do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1999.

DEMO, P. *Leitores para sempre*. Porto Alegre: Editora Meditação, 2007.

ESEQUIEL G. da S. , MARCOS R. C. F. *Literatura e Sociedade: Problemas de Teoria e de Método* ; Acessado em 03/05/2015; disponível em: <http://bibliotecadigital.unec.edu.br/ojs/index.php/unec02/article/viewFile/243/246>

FAZENDA, I. C. A. *Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro*. Vol. 4. Edições Loyola, 2002.

FAZENDA, I. C. A. . *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa*. Papirus editora.(2006)

FAZENDA, I. C. A.. *Didática e interdisciplinaridade*. Papirus Editora, 2008.

FERREIRA, H. M.A *literatura na sala de aula: uma alternativa de ensino transdisciplinar*. 2007. 359f. Tese (Doutorado em Educação, linguagens e formação do leitor) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2007.

FIGUEIREDO, R. N. B. S., *A Literatura-Um Espelho Da Sociedade*; Acessado em 25/04/2015; Disponível em : <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7117.pdf>

FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza, UEC, 2002. Apostila.

GERALDI, J. W. (Org.). *O texto na sala de aula*. Cascavel, PR: Assoeste, 1985.

KLEIMAN, A. MORAES, S. *Leitura e interdisciplinaridade: tecendo redes nos projetos da escola*. 1996. Campinas: Mercado de Letras.

KOCH, I.G.V. *Concepções de Língua, sujeito, texto e sentido*. In: \_\_\_\_\_ *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2003, p.13 – 20.

LAJOLO, M. "O texto não é pretexto." *Leitura em crise na escola: as alternativas do professor* 9 (1982): 51-62.

LAJOLO, M. *O que é Literatura*. São Paulo: Editora Moderna, 2000.

\_\_\_\_\_, *Do mundo da leitura para a leitura do mundo*. São Paulo: Editora Àtica 2005.

\_\_\_\_\_, *O direito à Literatura*. In \_\_\_\_\_ . *Vários escritos*, 3.ed. São Paulo; Duas Cidades, 1995.

\_\_\_\_\_, *O texto não é pretexto. Será que não é mesmo?* In: ZILBERMAN, Regina; RÖSING, Tania M. K. (Orgs.). *Leitura e escola: velha crise, novas alternativas*. São Paulo: Global, 2008.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. - *Fundamentos de metodologia científica*.7.ed., São Paulo, Atlas, 2010. 320p.

PAULINO, G. ; COSSON, R. *Letramento literário: para viver a literatura dentro e fora da escola*. In: RÖSING, Tânia M. K.; ZILBERNAM, Regina (Orgs.). *Escola e leitura: velha crise, novas alternativas*. São Paulo: Global, 2009.

RUIZ, R. *Novas formas de abordar o ensino de História*. In: \_KARNAL, Leandro. (Org.) *História na Sala de Aula: conceito, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2010.

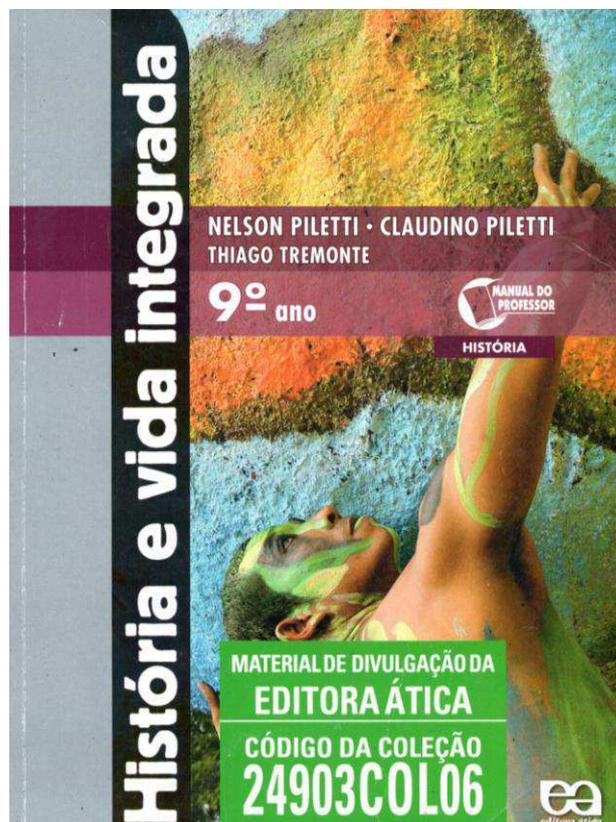
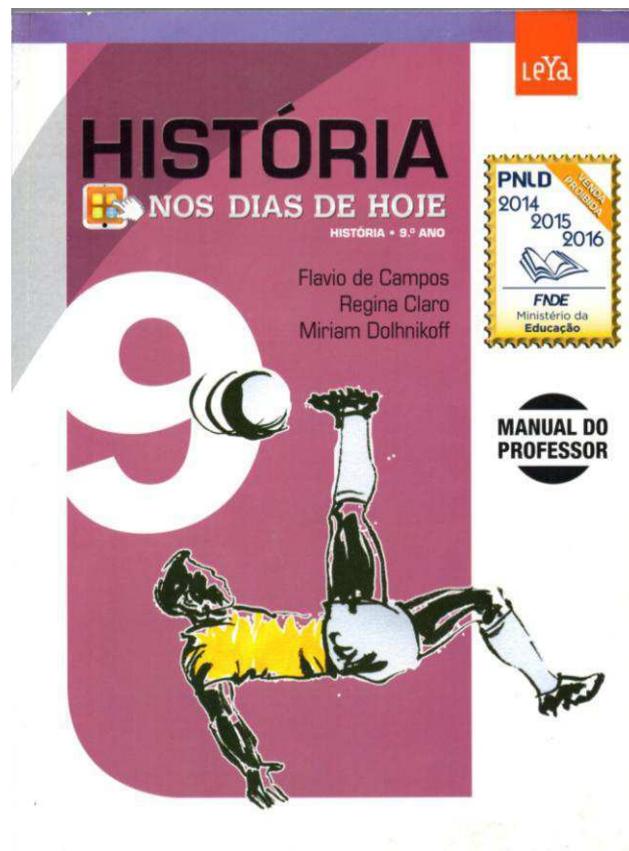
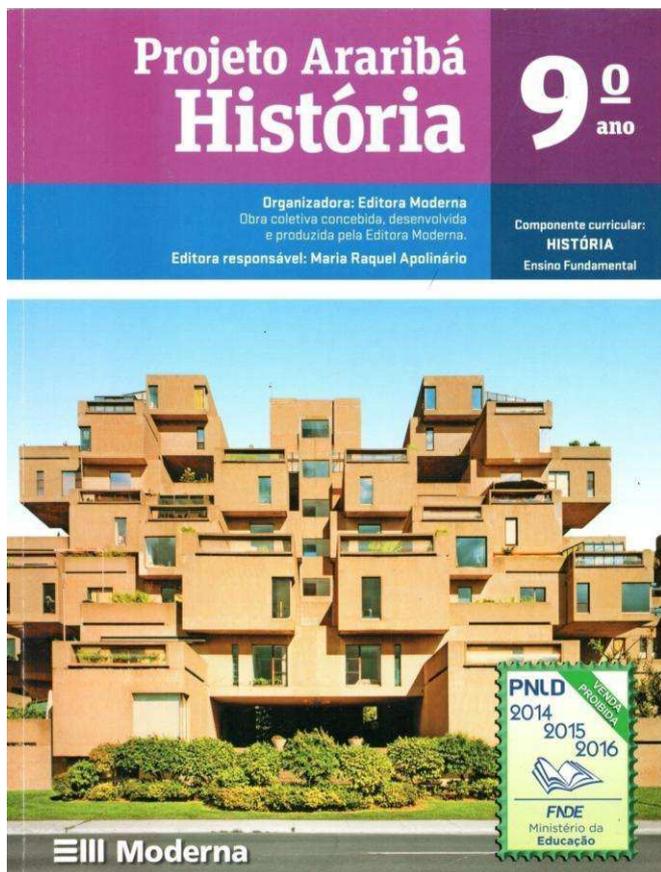
SILVA, E.G. e FERNANDES, M.R.C. *Literatura e Sociedade: problemas de teoria e método*. V congresso de Letras - Centro Universitário de Caratinga: Minas Gerais. 2005.p.354 – 361.

SILVA, I. M. M. (2005). *Literatura em sala de aula: da teoria literária à prática escolar*. Recife: Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE.

SWIFT, J. *Viagens de Gulliver*. Editora Companhia das Letras, 2010.

## 6. ANEXOS

### ANEXO I – CAPAS DOS LIVROS ANALISADOS NO CAPÍTULO III



ANEXO II – SUMÁRIO DO LIBRO “História e Vida integrada”, COM CONTEÚDOS PARA PARÂMENTRO DA PROPOSTA PRÁTICA

# Sumário



YURI MASLYVA/GRUSSIAN PICTURE SERVICE/LATINSTOCK



ARCHIVE HOLDINGS INC.



IRMO GELSIEDTORA/ABRIL



ANTONIO PEREIRA/ARND BRONKHORST

## UNIDADE I • O MUNDO EM ESTADO DE CHOQUE 9

### Capítulo 1. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) 10

- A Paz Armada 11
- Atentado em Sarajevo 12
- Começa o conflito 12
- Versalhes e o destino do mundo 17
- Uma Liga para a paz 17
- Atividades 19

### Capítulo 2. A Revolução Russa 21

- Antes da revolução 22
- Um trono manchado de sangue 22
- A Revolução de Fevereiro 24
- A Revolução de Outubro 26
- Trotsky e o Exército Vermelho 27
- A União Soviética 29
- Atividades 31

### Capítulo 3. 1929: o capitalismo em crise 33

- O American way of life 34
- Pânico em Nova York 35
- As consequências mundiais da crise 37
- O Brasil sob o impacto da crise 37
- A reação estadunidense 39
- Atividades 40

### Capítulo 4. A ameaça totalitária 42

- A ascensão do totalitarismo 43
- O nascimento do fascismo 44
- Sob o tacão nazista 46
- O fascismo na Espanha 50
- Atividades 52
- Conhecendo e descobrindo 54

## UNIDADE II • A REPÚBLICA NO BRASIL ENTRE 1889 E 1930 55

### Capítulo 5. Brasil: as oligarquias no poder 56

- Uma República oligárquica 57
- A Revolta da Vacina 61
- Rebelião na Marinha 62
- Uma guerra camponesa 62
- A economia da Primeira República 64
- Os trabalhadores em ação 65
- Atividades 68

### Capítulo 6. O tenentismo e a Revolução de 1930 70

- O tenentismo 71

- A Aliança Liberal 75
- O “prélio das armas” 76
- Mundo cultural 78
- Atividades 80

### Capítulo 7. Quinze anos no poder 82

- O Governo Provisório 83
- Guerra em São Paulo 84
- A Constituição de 1934 85
- O golpe de 10 de novembro de 1937 88
- O Estado Novo 89
- Atividades 93
- Conhecendo e descobrindo 94

**Capítulo 8. A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) 96**

- A expansão nazista 97
- Um continente em guerra 98
- A guerra no Pacífico 100
- A rendição da Itália e da Alemanha 101
- A sangue frio 102
- Depois da guerra 105
- Atividades 107

**Capítulo 9. A Guerra Fria 109**

- O mundo dividido 110

- Atividades 118

**Capítulo 10. A descolonização da Ásia e da África 121**

- O despertar da Ásia 122
- Guerra e paz na África 124
- Uma nova dependência 127
- África do Sul: opressão e *apartheid* 128
- Atividades 130

**Capítulo 11. O socialismo no mundo 132**

- A Revolução Chinesa 133

- O nascimento da União Europeia (UE) 199
- Desafio: a imigração 201
- Atividades 202

**Capítulo 17. A última superpotência 204**

- Os Estados Unidos e o mundo atual 205
- A maior economia do mundo 213
- Atividades 214

**Capítulo 18. A força da Ásia 216**

- O País do Sol nascente 217
- A emergência da China 220
- A Índia contemporânea 223
- Os Tigres Asiáticos 224
- Atividades 226

**Capítulo 19. Oriente Médio: uma guerra sem fim? 228**

- O nascimento de Israel 229
- Em busca da paz 232
- A revolução islâmica do Irã 236
- Atividades 238

**Capítulo 20. África: pobre ou empobrecida? 240**

- A África contemporânea 241
- A dependência econômica 241

- Avanços democráticos 244
- O drama dos refugiados 246
- Tolerância religiosa 248
- O papel da mulher 249
- Atividades 250
- Mundo cultural 252

**Capítulo 21. A globalização 253**

- A globalização da economia 254
- Os blocos econômicos 256
- Benefícios e males da globalização 258
- A preocupação ecológica 261
- Atividades 263

**Capítulo 22. A arte no século XX 265**

- A arte moderna 266
- O Expressionismo 266
- Fauvismo, Cubismo, Abstracionismo 268
- O Futurismo e a paixão pela máquina 270
- Um novo jeito de morar 271
- A música do século XX 271
- A antiarte do Dadaísmo 272
- O homem que virou inseto: a literatura 272
- A pós-modernidade 273
- Atividades 274
- Conhecendo e descobrindo 276

## UNIDADE VI • A CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA NO BRASIL

**Capítulo 23. O Brasil de volta à democracia 278**

- A ruína do regime militar 279
- Sarney e a instabilidade econômica 282
- A Constituição de 1988 282
- O breve governo Collor 283
- Itamar e o Plano Real 286
- Atividades 287

**Capítulo 24. A democracia consolidada 289**

- Os anos FHC 290
- O segundo mandato de FHC 291
- Um operário no poder 292
- O governo Lula 293
- Mais um mandato para Lula 294
- O segundo governo de Lula 294

- Mundo cultural 296

- Atividades 297

**Capítulo 25. Movimentos sociais no Brasil 298**

- Uma sociedade desigual 299
- De quem é a terra? 299
- Os sem-terra se organizam 302
- As terras indígenas 303
- O movimento operário no Brasil 305
- O trabalho infantil 306
- O movimento negro 308
- Atividades 309
- Conhecendo e descobrindo 311

**Glossário 312****Referências bibliográficas 318**

